



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

FABIANA CARLA BEZERRA VITALIANO

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
ANÁLISE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
ORGÂNICOS DA HORTIVIDA EM BOA VISTA (RR)**

**BOA VISTA -RR
2020**

FABIANA CARLA BEZERRA VITALIANO

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
ANÁLISE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
ORGÂNICOS DA HORTIVIDA EM BOA VISTA (RR)**

Dissertação apresentada como parte integrante do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima para obtenção de grau de mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Franco Buenafuente

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP) Biblioteca
Central da Universidade Federal de Roraima

V836r Vitaliano, Fabiana Carla Bezerra.

Responsabilidade socioambiental: análise da produção e comercialização de alimentos orgânicos da hortivida em Boa Vista (RR) / Fabiana Carla Bezerra Vitaliano. – Boa Vista, 2020.
84 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima,
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Agroecologia. 2 – Agricultura Orgânica. 3 – Alimentos Orgânicos. 4 – Sustentabilidade. 5 – Meio Ambiente. I – Título. II – Buenafuente, Sandra Maria Franco (orientadora).

CDU – 338.1:502.3 (811.4)

FABIANA CARLA BEZERRA VITALIANO

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
ANÁLISE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
ORGÂNICOS DA HORTIVIDA EM BOA VISTA (RR)**

Dissertação submetida ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima para obtenção de grau de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Defendida em 02 de outubro de 2020 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



Professora Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente
Orientadora / PPGSOF



Professor Dr. Emerson Arantes
Curso de Administração / UFRR



Professora Dra. Rutineja de Olivera Carvalho
Curso de Secretariado Executivo / UFRR



Professora Dra. Madiana Valéria Almeida Rodrigues
Curso de Antropologia / UFRR

À Hortivida,
Pela generosidade e colaboração na pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Roraima pela responsabilidade em disseminar ciência e o saber e o compromisso com a sociedade através da promoção do ensino, pesquisa e extensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF pela oferta de qualificação aos que anseiam aprendizado.

Aos professores do PPGSOF pelo conhecimento compartilhado e as observações que contribuíram no processo da pesquisa, e por moldar, em cada mestrando, o perfil pesquisador e a capacidade de olhar o outro com mais humanidade e equidade.

À minha orientadora Profa. Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente, pela paciência, acolhimento, compreensão e orientações da dissertação, sem o qual não teria conseguido chegar até aqui, e, sobretudo, pelo seu exemplo de dedicação à ciência.

Agradeço à minha família e amigos por acreditar que seria capaz de concluir mais essa etapa e pelo apoio necessário em todos os momentos.

Aos colegas de mestrado Amanda, Beatriz, Everton, Karen, Roseane, Norman, Viviane, Daiane, Delaide, Pedro, Adrielle, Onogifro, Rennerys e Roseane com quem dividi momentos de aflição e alegria na construção do conhecimento.

A Deus, pela dádiva da vida e pelas muitas bênçãos que me foram concedidas e configuradas em oportunidades. Sem a presença divina e fé o homem caminha sem rumo.

*Se vives de acordo com as leis da natureza,
nunca serás pobre. Se vives de acordo com as
opiniões alheias, nunca serás rico.*

Sêneca

RESUMO

O uso constante e a deterioração da fonte natural da produção de alimentos afetam direta e indiretamente não só as dinâmicas sociais e de natureza econômica, mas também a saúde e o bem-estar da população. Nesse contexto, a preocupação com uma alimentação saudável acelera o crescimento da agricultura orgânica, que já representa uma fatia importante do mercado. Assim, esta dissertação tem por objeto de pesquisa a Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista, denominada HORTIVIDA, instituída como Organização Controle Social – OCS, em atendimento aos parâmetros normativos de produção orgânica. Constitui o objetivo geral da pesquisa analisar as práticas de responsabilidade socioambiental da produção de alimentos orgânicos na cidade de Boa Vista-RR e a viabilidade de expansão para a agricultura familiar. Para atender aos objetivos deste estudo, utilizou-se a pesquisa descritiva e de campo, aliada à pesquisa bibliográfica, relacionando a responsabilidade socioambiental com a produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar. Ademais, para um melhor entendimento da associação estudada e das atividades desenvolvidas, utilizou-se o método de pesquisa quantitativo, qualitativo e analítico. Por fim, a análise dos dados bibliográficos e da pesquisa de campo se deu com a utilização do método analítico. A partir do estudo realizado, constatou-se que o cultivo de produtos orgânicos movimenta a economia e traz benefícios à saúde, por serem alimentos sem agrotóxicos e que, portanto, contribuem para uma alimentação saudável e de qualidade, bem como ao meio ambiente, por proporcionar a harmonização com o meio natural. Quanto a responsabilidade socioambiental, a HORTIVIDA cumpre seu papel de OCS ao seguir as recomendações normativas para a produção orgânica; pela participação no segmento agrícola, o cultivo e comercialização dos alimentos agroecológicos atendem à demanda local e o sustento das famílias dos associados e colaboradores por eles contratados; ao estabelecer relação de confiança e respeito com os consumidores; por implementar a sustentabilidade ambiental nas áreas produtivas a partir do equilíbrio ecológico inerente as próprias práticas de cultivo; pela promoção da saúde e qualidade de vida aos associados e a sociedade em geral e, por fazer da agricultura orgânica não apenas uma fonte de renda, mas um estilo de vida. Embora ainda faltem políticas públicas de incentivo para a produção orgânica e algumas barreiras precisem ser superadas, trata-se de um nicho com forte possibilidade de desenvolvimento, principalmente nas pequenas propriedades rurais.

Palavras-chaves: Agroecologia. Agricultura Orgânica. Alimentos Orgânicos. Sustentabilidade. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The constant use and deterioration of natural source of food production directly and indirectly affects not only social and economic dynamics, but also the health and population well-being. In this context, the concern with a healthy diet urges the growth of organic agriculture, which already represents an important market share. This dissertation has as object of research the Association of Organic Fruits and Vegetables of Boa Vista, called HORTIVIDA, instituted as Social Organization Control - OCS, in compliance with the normative parameters of organic production. The main objective of the research is analyze the socio-environmental responsibility practices of organic food production in Boa Vista-RR and the availability of expansion for family farming. To meet the objectives of this study, descriptive and field research were used, together with bibliographic research, relating socio-environmental responsibility to organic food production by family farming. Besides, for a better understanding of the studied association and the activities developed, quantitative, qualitative and analytical research method were used. Finally, the analysis of bibliographic data and field research took place using the analytical method. From the study carried out, was found that, cultivation of organic products moves the economy and brings health benefits, as they are food without any pesticides and, contribute to a healthy and quality diet, as well as the environment, by providing harmonization with the natural environment. As for socio-environmental responsibility, HORTIVIDA fulfills its role as OCS by following the normative recommendations for organic production; for its participation in the agricultural segment, the cultivation and commercialization of agroecological foods meets the local demand and the families livelihood of the associates and employees they hire; establishing a relationship of trust and respect with their consumers; for implementing environmental sustainability in productive areas based on the ecological balance inherent in the cultivation practices themselves; for promoting a healthy and quality life for members and society in general and for making organic agriculture not only a source of income, but also a lifestyle. Although public incentive policies for organic production still lacks and some barriers need to be overcome, it's a niche with a strong possibility of development, especially in small rural properties.

Keywords: Agroecology. Organic agriculture. Organic Food. Sustainability. Environment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da implementação da gestão ambiental de acordo ISO 14001.	33
Quadro 2 – Alimentos Orgânicos.	47
Quadro 3 – Local de Comercialização dos Produtos Orgânicos.	51
Quadro 4 – Canais de Divulgação.	53
Quadro 5 – Dificuldades na Comercialização.	53
Quadro 6 – Vantagens em Vender Alimentos Orgânicos.....	54
Quadro 7 – Diferença de Preços entre Alimento Orgânico e Convencional.	55
Quadro 8 – Perfil dos consumidores.....	56
Quadro 9 – Como Conheceu a Agricultura Orgânica/Agroecológica.	56
Quadro 10 – Quando Passou a Ser Membro da HORTIVIDA.....	57
Quadro 11 – Importância em Integrar a HORTIVIDA.	58
Quadro 12 – Regras de Produção e Venda da HORTIVIDA.	58
Quadro 13 – Diferencial do Alimento Orgânico.	59
Quadro 14 – Práticas Sustentáveis de Cultivo.....	60
Quadro 15 – Incentivo Governamental.	60
Quadro 16 – Contribuição Social do Agricultor Orgânico.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atributos da Amostra Quanto ao Gênero e Faixa Etária.	45
Tabela 2 – Grau de Escolaridade.	46
Tabela 3 – Local de Nascimento.	46
Tabela 4 – Familiares Trabalhadores na Produção de Orgânicos.	48
Tabela 5 – Pessoas Residentes na Propriedade.	49
Tabela 6 – Contratação de Trabalhadores.	49
Tabela 7 – Renda Média Familiar.	50
Tabela 8 – Renda Extra.	51
Tabela 10 – Periodicidade das Vendas.	52

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AHOBV	Associação dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista
ASSOTTRUT	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar do PA Nova Amazônia
CA	Certificado de Auditoria
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
COOPHORTA	Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista
COOPANA	Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IFOAM	Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica
ISSO	International Organization Standardization
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOA	Mokiti Okada Association
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organização Participativa de Avaliação de Conformidade Orgânica
Organis	Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada Sustentável
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AGROECOLOGIA E PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS	15
2.1 DA AGRICULTURA À AGROECOLOGIA: PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS	15
2.2 AGROECOLOGIA E PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS	16
2.2.1 Produtos Agroecológicos	19
2.2.2 Agricultura Ecológica e Diferentes Abordagens	20
2.2.2.1 Agricultura Orgânica	21
2.2.2.2 Agricultura Biodinâmica	21
2.2.2.3 Agricultura Biológica	21
2.2.2.4 Agricultura Natural	21
2.2.2.5 Permacultura	22
2.2.2.6 Agricultura Alternativa	22
2.2.2.7 Agroecologia	22
2.2.2.8 Sistemas Agroflorestais (SAFS).....	22
2.3 AGRICULTURA ORGÂNICA E AS PRÁTICAS DE CULTIVOS SUSTENTÁVEIS	23
2.3.1 Princípios Ecológicos.....	24
2.4 CULTIVOS SUSTENTÁVEIS DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	26
2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	27
3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM BOA VISTA (RR).....	29
3.1 SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL.....	29
3.1.1 Marco das Políticas Ambientais	31
3.1.2 Responsabilidade Socioambiental.....	32
3.1.2.1 Sistema de Gestão Ambiental: a norma ISO 14001	33
3.2 POLÍTICAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS.....	34
3.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM BOA VISTA	36
3.3.1 O Início da Transformação	37
3.3.2 Transição de Cultivos e o Projeto do SEBRAE/RR.....	37
3.4 A ASSOCIAÇÃO E O MERCADO DE ORGÂNICOS EM BOA VISTA.....	38
4 METODOLOGIA.....	40
4.1 ESCOPO DA PESQUISA	40
4.2 TIPO DE PESQUISA	40

4.3 MÉTODOS DA PESQUISA	41
4.4 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRAGEM.....	41
4.5 LEVANTAMENTO DOS DADOS	41
4.6 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	42
4.6.1 Questionário.....	42
4.6.2 Entrevista	43
4.7 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DOS DADOS	43
5 RESULTADOS E ANÁLISES	45
5.1 QUESTIONÁRIO	45
5.2 ENTREVISTAS.....	56
6 CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	76

1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos integra discussões sociopolíticas e econômicas em âmbito mundial por ser uma imposição necessária para o processo de sobrevivência humana. Com o crescimento populacional, iniciou-se uma maior demanda pelas produções agrícolas, e a agroindústria passou a usar, cada vez mais, tanto a tecnologia na produção quanto os agrotóxicos nas plantações, com o intuito de acelerar o crescimento e aumentar consideravelmente a produção.

No entanto, percebeu-se que o uso contínuo e descontrolado de defensivos agrícolas colabora para tornar a terra infértil e provoca um crescente impacto negativo ao meio ambiente. Graças ao uso descontrolado de agrotóxicos, na ânsia de aumentar a produção, os solos tornaram-se menos produtivos, os recursos hídricos contaminados e os alimentos que chegam aos consumidores estão imergidos em produtos nocivos à saúde e ao ambiente natural.

Como alternativa para este cenário, surge a produção orgânica, a qual dispensa produtos químicos nos cultivos e promove o equilíbrio dos meios natural e social, uma vez que os alimentos produzidos por essa prática constituem fonte de alimento adequado para o consumo humano. Desse modo, entende-se que a agroecologia se firma como uma atividade diferenciada e necessária para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade e responsável, que contribui também para a movimentação econômica e para a geração de emprego e renda.

Nesse contexto de destaque para a agroecologia, esta dissertação tem como foco o estudo da produção e da comercialização de alimentos orgânicos na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, a partir de pesquisa realizada junto a um grupo restrito de pequenos agricultores, organizados numa associação de hortifrutigranjeiros orgânicos sem fins lucrativos, denominada HORTIVIDA. Destaca-se que o referencial teórico pretende contribuir com informações pertinentes à compreensão da agricultura orgânica local, por apresentar princípios agroecológicos.

O estudo acerca do mercado de alimentos orgânicos contribui para verificar a viabilidade econômica dessa prática agroecológica, uma vez que serão analisados dados da produção da cidade de Boa Vista (RR). Assim, torna-se relevante conhecer os bens produzidos, os benefícios da produção agroecológica e os cuidados dispensados ao meio ambiente, a fim de verificar quais são as vantagens e se se trata de um método viável.

A motivação na escolha do tema decorreu da afinidade e da possibilidade da pesquisadora em colaborar na disciplina sobre responsabilidade socioambiental e empresarial do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), no qual atua como docente. Outra aproximação com o tema decorre do trabalho de conclusão do curso de especialização da pesquisadora, que abordou tecnologias limpas nos processos e produtos nocivos aos trabalhadores da agricultura em Boa Vista, e chegou ao entendimento de que os produtores orgânicos fazem uso de tais tecnologias e promovem qualidade de vida às pessoas e ao meio ambiente.

Assim, o objetivo geral deste estudo é realizar uma análise das práticas de responsabilidade socioambiental da produção de alimentos orgânicos na cidade de Boa Vista (RR), bem como a viabilidade de expansão para a agricultura familiar. Espera-se, com essa dissertação, fornecer informações que possam colaborar com o crescimento das políticas públicas que beneficiem agricultores, consumidores e futuros investidores do mercado de orgânicos na referida cidade.

Constituíram os objetivos específicos da pesquisa: 1) descrever as políticas de sustentabilidade socioambiental para as novas práticas de gestão do processo de produção de produtos orgânicos; 2) expor os processos de produção de alimentos orgânicos no marco da Responsabilidade Socioambiental; 3) demonstrar o processo de produção e comercialização de produtos orgânicos em Boa Vista e; 4) analisar as potencialidades e entraves para a expansão das políticas de responsabilidade socioambiental da produção de alimentos orgânicos em Boa Vista e as viabilidades de expansão para outros setores.

Assim, a análise pretendida pela presente pesquisa poderá contribuir na implementação de políticas públicas e outras ações, visando a contribuição no desenvolvimento da economia local integrado à sustentabilidade presente em plantios orgânicos de pequenas propriedades de cultura familiar; e, ainda, a troca de experiências dos saberes tradicionais e científicos em prol do desenvolvimento familiar e preservação do meio natural.

Para atender ao propósito deste estudo, foram usados distintos procedimentos de pesquisa, tanto na coleta de dados primários quanto secundários. Dessa forma, recorreu-se à pesquisa descritiva, de campo e bibliográfica com o intuito de relacionar a produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar com a responsabilidade socioambiental. Ademais, o estudo realizou uma pesquisa da produção de orgânicos em Boa Vista (RR), cuja pesquisa de campo ocorreu no momento da pandemia do novo coronavírus Covid-19. Os dados bibliográficos e da pesquisa de campo foram analisados pelo método analítico.

No que tange à organização, este trabalho divide-se em seis seções, a saber: a primeira corresponde à introdução; a segunda apresenta o capítulo um, com a revisão de literatura, a partir da qual é possível verificar a configuração histórico-social da agricultura, do agronegócio e do mercado de orgânicos, por meio de dados e informações levantados na literatura contemporânea. São abordadas também, nesta seção, as recentes transformações ocorridas no mercado agroalimentar e como se processa a inserção dos produtos orgânicos nestes ambientes.

A terceira seção contextualiza o processo de institucionalização da agricultura orgânica no país e, mais especificamente, em Boa Vista (RR), além de fazer a relação com os diferentes tipos de mercado. Nesta seção, apresenta-se também o sistema de cultivo de produtos orgânicos, fazendo-se a distinção entre as tecnologias de processo e de produto. Ademais, expõe-se uma abordagem referente ao consumo considerando, de um lado, o perfil do consumidor individual e, de outro, o consumo coletivo, o que passa pelo mercado institucional, além de considerações acerca da responsabilidade socioambiental.

Na quarta seção, discorre-se sobre a metodologia, apresentando de modo detalhado os procedimentos metodológicos e as técnicas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa. A quinta seção traz os resultados e análises obtidos a partir de indicadores e estatísticas e, as tabelas, trazem informações sobre o perfil dos agricultores, da comercialização dos produtos e nos aspectos da responsabilidade socioambiental com fins da sustentabilidade praticada pelos associados da HORTIVIDA.

As principais conclusões sobre o estudo realizado são mencionadas na sexta seção, evidenciando os benefícios da agricultura orgânica para os consumidores e para o meio ambiente, assim como algumas proposições direcionadas a ações, programas e políticas públicas que devem ser desenvolvidas pelo Estado, com o intuito de estimular a agroecologia. Por fim, manifesta-se a possibilidade de novas pesquisas, estudos e projetos, sejam eles de caráter científico, sejam de caráter tecnológico, voltados para a compreensão e para a promoção da agricultura orgânica em Boa Vista (RR).

2 AGROECOLOGIA E PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

Por integrar um dos principais setores da economia mundial, a agricultura movimentou o mercado com a geração de emprego e renda a milhares de trabalhadores e agricultores. Porém, a produção de alimentos por meio da agricultura convencional impactou o meio ambiente ao comprometer os recursos naturais. Ao buscar alternativas mitigadoras da degradação ambiental, a agroecologia, através das práticas da agricultura orgânica, surge para reestabelecer o equilíbrio dos meios natural, social e econômico.

Nesta seção, será abordado o desenvolvimento da agricultura no mundo e no Brasil, e a mudança econômica, antes destinada à produção de alimentos a fim de suprir as necessidades humanas e a maximização dos lucros. Neste contexto, constam considerações sobre agricultura e desmembramentos referentes à agricultura convencional, agricultura agroecológica e orgânica e práticas agroecológicas.

2.1 DA AGRICULTURA À AGROECOLOGIA: PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

A agricultura, entendida como forma organizada de produção, consiste na atividade mais antiga do homem. No período neolítico, iniciaram-se os cultivos e criações próximos às moradias e vazantes dos rios, em áreas fertilizadas e sem desmatamento. A partir desse período histórico, os ecossistemas naturais foram modificados pela ação humana, e a agricultura se expandiu por meio dos sistemas pastorais e de cultivos com a técnica de derrubada-queimada (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Pasqualotto, Kaufmann, Wizniewsky (2019) destacam as inovações na agricultura, ocorridas entre os anos de 1940-1950, quando os investimentos da tecnologia da indústria de armamento foram deslocados para a agricultura, dando origem à chamada Revolução Verde. A partir de então, os cenários da agricultura convencional passam a ser especializados e com pouca diversificação dos cultivos rentáveis. Também se inicia a mecanização dos plantios e das colheitas, o uso de adubos minerais, sintéticos, produtos fitossanitários e plantas selecionadas.

Ainda que a Revolução Verde tenha sido um marco para a modernização do setor agrícola, Altieri (2009) aponta que esse processo reafirmou as desigualdades sociais, já que as tecnologias empregadas na produção de insumos e a detenção das terras privilegiou os agricultores com maior poder aquisitivo para investimentos. O autor esclarece que essa

modernização não alcançou soluções quanto às questões ambientais, tampouco equacionou mazelas como a fome e a desnutrição que assolavam a população mundial.

Com o acelerado crescimento demográfico houve a necessidade emergente em produzir maior quantidade de alimentos em curto espaço de tempo. Diante dessa perspectiva, intensificou-se o uso de defensivos agrícolas e a terra passou a sofrer impactos negativos na sua capacidade produtiva, tendo em vista o desequilíbrio ambiental ocasionado por insumos sintéticos. Essa desarmonia convergiu ao empobrecimento dos solos, extermínio de insetos, contaminação dos recursos hídricos, e a presença de contaminantes químicos nos alimentos.

No entendimento de Possenti *et al.* (2017, p.126), a agricultura convencional consiste no “cultivo dos campos utilizando as técnicas tradicionais de preparo do solo e controle fitossanitário”. O autor acrescenta que a agricultura convencional é direcionada à produção sem levar em consideração os danos ambientais e a segurança alimentar, e conseqüentemente leva à alteração a condição natural do meio e estabelece novo ecossistema. Diante do exposto, o autor esclarece:

Ao cultivar o solo, o agricultor modifica as condições naturais de sua propriedade criando um novo ecossistema, chamado de agroecossistema. As práticas agrícolas objetivam parar o processo natural de sucessão ecológica, mantendo o agro ecossistema sob condições constantes. As plantas cultivadas hoje pelo homem têm seu melhor desenvolvimento em condições de luz, água e nutrientes abundantes exigindo insumos e energia para manter o ecossistema nestas condições e frear o processo de sucessão natural (POSSENTI *et al.*, 2017, p. 126).

Mediante discussões acerca dos desgastes ao meio ambiente decorrente da atividade agrícola e das alternativas em recuperar os danos ambientais, sociais e econômicos, Moreira e Carmo (2004) apontam que a agroecologia surge como tendência, não apenas por promover a sustentabilidade e alternativa de retorno ao equilíbrio natural, mas pela mudança de comportamento social, de estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e da implementação de políticas públicas.

2. 2 AGROECOLOGIA E PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

Destacando-se a partir da década de 1970, a agroecologia é uma ciência que estabelece uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa, que então ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna. No entendimento de Altieri (2009, p. 20), apesar do termo fazer referência às diversas correntes da agricultura alternativa, não deve ser entendida como uma prática agrícola, mas como estratégia de reintegração da

“racionalidade ecológica à produção agrícola” favorável ao desenvolvimento ambiental, social e econômico. Moreira e Carmo (2004) corroboraram ao afirmar que a agroecologia aborda sobre a agricultura observando aspectos ambientais, sociais e sustentabilidade ecológica das produções. Assis e Romeiro (2002, p.72) definem a agroecologia como:

É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto-regulação e consequentemente sustentabilidade.

Rudolf Steiner na década de 1920 e *Sir* Albert Howard em 1947, visionários quanto aos impactos da ação humana na produção de alimentos, já idealizavam sobre a agroecologia, uma vez que o primeiro contribuiu ao publicar os postulados da agricultura biodinâmica e o segundo ao fundamentar e estabelecer a concepção teórica base da agricultura orgânica, e na qual ambos apontavam que os impactos da ação antrópica pela atividade agrícola poderiam ser minimizados a partir da conservação da fertilidade do solo por meio da reciclagem dos nutrientes de forma a garantir uma agricultura permanente e plantas saudáveis (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Referindo-se à abordagem científica da agroecologia, Moreira e Carmo (2004) apontam que foi iniciada na América Central, a partir dos estudos de Angel Palerm e Efraim Hernandez Xolocotzi e, desdobrou-se em duas correntes: a norte-americana e a europeia, na qual a primeira tem como principais expoentes Stephen Gliessman e Miguel Altieri, e se destaca pelas práticas agroecológicas; enquanto que a segunda, representada principalmente por Manuel Molina, direciona a agroecologia numa perspectiva social, agregando ciência e saberes das comunidades rurais. Assim, o autor afirma que:

Com frequência, a agroecologia, é denominada de disciplina agroecológica, transdisciplina agroecológica, agricultura sem agrotóxico, sendo crescente a utilização do adjetivo “agroecológico” acompanhado de um produto ou processo de produção agrícola (MOREIRA; CARMO, 2004, p. 43).

Assis e Romeiro (2002, p. 72) destacam que na “busca de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais”. Os autores acrescentam que os sistemas agroecológicos reciclam energia, nutrientes, reduzem perdas e, ainda, fazem uso de métodos alternativos no controle de pragas ou deficiência do solo, pois a agroecologia visa encontrar opções reparadoras ao agroecossistemas por meio de conhecimentos tradicionais

aliados à ciência e à tecnologia, de forma a promover a sustentabilidade e produtividade semelhantes aos ecossistemas naturais.

Quanto às questões socioeconômicas da agroecologia na produção de alimentos, Assis e Romeiro (2002) esclarecem que os cultivos não se limitam ao contexto ecológico, tendo em vista as tecnologias inseridas nesse processo contribuirão no desenvolvimento das áreas rurais que refletem no atendimento das demandas sociais e econômicas. Dessa forma, a agroecologia rompe com a prática da agricultura convencional quanto ao uso de insumos químicos e exploração do meio ambiente para obtenção de lucro, pois se constitui como ação implementadora do desenvolvimento sustentável, uma vez que busca o equilíbrio no uso do meio ambiente integrado ao meio social, ao tempo que movimenta a economia.

Para desenvolver uma agricultura consciente, a agroecologia dispõe de bases teórica e metodológica capazes de viabilizar a sustentabilidade agrícola a partir dos princípios de um agroecossistema sustentável que contemple a “conservação dos recursos renováveis, a adaptação dos cultivos ao ambiente e a manutenção de um nível moderado, porém sustentável, de produtividade” (ALTIERI, 2009, p. 65). A agroecologia prevê que a obtenção da sustentabilidade a longo prazo depende do sistema de produção quanto à redução do uso de energias, reciclagem dos nutrientes, cultivos adaptados aos meios natural e socioeconômico, preservação dos recursos naturais, redução de custos e contribuição para a economia (ALTIERI, 2009).

Vinculada ao desenvolvimento rural, a agroecologia promove o equilíbrio dos agroecossistemas por meio da permanência das famílias no campo e da valorização dos seus saberes “de modo que os indivíduos envolvidos sejam livres para produzirem seus cultivos e obterem retorno econômico, possibilitando assim o sustento de suas famílias” (SANTOS *et al.*, 2014, p. 39). Na concepção de Nodari e Guerra (2015), a aproximação dos saberes tradicionais e do conhecimento científico transforma tanto a ciência quanto as demais formas de conhecimento obtidos a partir das pluralidades socioculturais e territoriais.

Enquanto proposição política agroecológica, Silva (2019a) discorre que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) fomenta discussões com os países membros que proporcionam a troca de informações e acordos de políticas públicas firmados em agenda comum que incentivem a conscientização para o uso racional dos recursos naturais e a inovação no setor agrícola. Ainda conforme o autor, a FAO ao ampliar o debate das políticas agroecológicas, propôs a transição para a agricultura sustentável na produção de alimentos, principalmente na agricultura familiar.

Nesse sentido, as políticas direcionadas à agroecologia, iniciam o processo de oferecer à produção agroecológica, formas de se estabelecer e de constituir-se como uma alternativa de sustentabilidade para o meio rural. Santos *et al.* (2017b) esclarecem que essas iniciativas propõem que os pequenos produtores da agricultura familiar ao permanecer no campo utilizam técnicas e saberes locais de manejo sustentável dos solos e conservam os recursos naturais. O resultado dessas estratégias converge na comercialização de produtos que apresentam valor subjetivo por aqueles produzem, haja vista representar o esforço do trabalho familiar e grupo social (KIYOTA; GOMES, 1999).

2.2.1 Produtos Agroecológicos

A preocupação com os processos naturais, aos quais os cultivos estão inseridos, faz dos alimentos agroecológicos produtos exclusivos, e cada vez mais ganha aceitação e preferência do mercado consumidor. Florit (2012) frisa que é possível desenvolver políticas locais de base agroecológica, contudo depende apenas da vontade política. A sociedade se insere nesse contexto quando a educação alimentar decorre de uma conscientização que valoriza a procedência e o modo de produção do alimento.

Ao considerar que os alimentos produzidos em base agroecológica orgânica apresentam características diferenciadas na qualidade, uma vez que o cultivo é isento de insumos químicos, Santos *et al.* (2017a) observam que a estes alimentos são atribuídas outras características positivas, pois apresentam maior valor nutritivo e o sistema produtivo se preocupa com a sustentabilidade.

Florit (2012) relata a experiência de Howard na Índia, em 1905, ao observar que os camponeses conseguiam manter a fertilidade do solo sem o uso de insumos químicos, enquanto a vida animal e vegetal entorno mantinha-se em equilíbrio. Como resultado a essa experiência, Howard constatou que os resíduos biológicos do próprio local são capazes de garantir a fertilidade por um processo biológico.

Para Assis (2006), a sustentabilidade da produção agrícola depende de diagnóstico que aponte as áreas com e sem degradação e que identifique quais possibilidades são viáveis a longo prazo para a integração econômica, social e ecológica. Dessa forma, o desafio consiste na implementação de processos de produtos agroecológicos agregadores de soluções socioeconômicas de promoção da justiça social, geração de riqueza e conservação dos recursos naturais.

Devido à agricultura convencional manejar os cultivos com agrotóxicos e pela conscientização dos efeitos nocivos destes produtos nos alimentos e meio natural, a sociedade passa a exigir alimentos isentos de insumos químicos. Santos *et al.* (2017a) ressaltam a busca pela saúde e qualidade de vida como característica comum ao público consumidor de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, e mediante essas circunstâncias, os agricultores apostam em estratégias que acrescentem valor ao produto. Santos *et al.* (2017a, p. 23) ainda exemplificam:

Contudo, na tentativa de atrair e satisfazer mais clientes, os agricultores realizam estratégias para destacar seus produtos, tais como embalagens de design ecológico, bom aspecto do produto e bom atendimento. Um exemplo dessa inovação é a agricultora da Ilha do Combu, município de Belém, que produz chocolate orgânico, destacando-o com embalagens personalizadas da folha seca do cacauero.

Em suma, idealizar um ambiente sustentável, significa pensar a partir de um novo padrão produtivo, cujas estratégias elucidam as possíveis agressões ambientais, os cultivos dos alimentos sem contaminante e racionalidade na exploração dos recursos naturais (SOUZA; ALCÂNTARA, 2003). Dentre as alternativas de cultivos, constam práticas agroecológicas empregadas na agricultura orgânica, que segundo Zanin (2008, p.6), “no Brasil, a agricultura orgânica é reconhecida devido a busca pela conciliação entre o produto agrícola e a preservação dos recursos naturais como a água, solo e biodiversidade vegetal”.

Souza e Alcântara (2003) destacam que os alimentos produzidos em ambientes sustentáveis comprovados com a certificação agregam valor ao preço de venda, resguardam os consumidores quanto à qualidade do produto, de forma que o comportamento das pessoas que buscam esses alimentos revelam duas situações gerais: a saúde proveniente da segurança alimentar e a valorização de cultivos agroecológico, sem impactos negativos ao ambiente.

2.2.2 Agricultura Ecológica e Diferentes Abordagens

A agricultura ecológica começa a se disseminar no mundo e no Brasil por meio de diversas correntes. Estas tendências têm origem e precursores diferentes e recebem denominações específicas, porém têm em comum o mesmo objetivo: promover mudanças tecnológicas e filosóficas na agricultura. Seguem alguns modelos.

2.2.2.1 Agricultura Orgânica

Criada pelo inglês *Sir* Albert Howard em 1920 e desenvolvida nos Estados Unidos da América, a partir de 1948 com J. I. Rodale, é a mais antiga e tradicional corrente da agricultura ecológica. Baseia-se na compostagem de matéria orgânica com a utilização de microrganismos eficientes para processamento mais rápido do composto, na adubação exclusivamente orgânica, com reciclagem de nutrientes no solo e na rotação de culturas (KIRINUS, 2016).

2.2.2.2 Agricultura Biodinâmica

Esse tipo de agricultura remete à natureza, impulsionando os ciclos vitais por meio de adubação verde, consórcios e rotação de culturas, de modo a promover a integração das atividades animais e vegetais dentro da propriedade agrícola, inibindo a utilização de agrotóxicos e adubos químicos. Também, caracteriza-se pelo uso de preparados homeopáticos à base de minerais, esterco bovino e plantas medicinais, a fim de promover a vitalidade dos alimentos e manter a harmonia dos ritmos naturais (LEITE; POLLI, 2020).

2.2.2.3 Agricultura Biológica

Caracteriza-se pelo modo de produção agrícola sem recurso a produtos químicos sintéticos, tais como fertilizantes e pesticidas; e, organismos modificados, com o intuito de respeitar o meio ambiente e a biodiversidade. Possui uma série de regras que obriga as explorações agrícolas que pretendem produzir alimentos biológicos a passar por um período de conversão de 2 anos antes da sementeira das culturas anuais, ou então 3 anos antes da colheita de frutas e de outras culturas (MOREIRA, 2013).

2.2.2.4 Agricultura Natural

Com origem no Japão, a principal divulgadora desta corrente de trabalho ecológico é a Mokiti Okada Association (MOA). É um método de agricultura que propõe um cultivo natural, onde existe harmonia do meio ambiente com a alimentação, a saúde do homem e com a espiritualidade. Assim, consiste em cultivar os vegetais da maneira mais natural possível, rejeitando qualquer forma de cultivo que desrespeite o ‘comportamento’ natural do solo e do crescimento vegetal. Não há utilização de agrotóxicos e nem mesmo de adubos de origem

animal, – como o esterco – pois todos esses elementos, segundo essa diretriz, retiram o verdadeiro e natural sabor dos alimentos e prejudicam a saúde do homem (KIRINUS, 2016).

2.2.2.5 Permacultura

Criada na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren nos anos 1970, a permacultura evoluiu muito e recebeu diversas influências, abrigando hoje uma grande multidisciplinaridade. No geral, a permacultura caracteriza-se pelo planejamento e execução de ocupações humanas sustentáveis, por meio da junção de práticas ancestrais aos modernos conhecimentos das áreas, especialmente de ciências agrárias, arquitetura e ciências sociais, todas voltadas à ecologia (IPOEMA, 2016).

2.2.2.6 Agricultura Alternativa

Trata do entendimento da agricultura por meio das interações biológicas e ciclos naturais mais equilibrados do que comparados aos métodos tradicionais. Assim, essa agricultura privilegia a diminuição dos insumos químicos, zelando por uma relação mais equilibrada entre o homem e o meio ambiente natural. A agricultura alternativa é considerada um “movimento” e não apenas uma “técnica”, pois é capaz de incorporar uma série de técnicas de produção e de vivência no campo (SILVA, 2004).

2.2.2.7 Agroecologia

A ideia de agroecologia remete a uma nova ciência em construção, um paradigma, onde seus princípios e bases epistemológicas derivam da convicção de que é possível reorientar o curso alterado dos processos de uso de manejo de recursos naturais, criando uma ampliação a inclusão social, redução de danos ambientais e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, já que são ofertados alimentos saudáveis (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009).

2.2.2.8 Sistemas Agroflorestais (SAFS)

São entendidos como sistemas de uso e ocupação do solo em que as plantas lenhosas perenes, tais como árvores, arbustos e palmeiras, são manejadas em associação com outras plantas herbáceas, culturas agrícolas, forrageiras, com integração de animais, na mesma

unidade de manejo, envolvendo assim a alta diversidade de espécies e interações ecológicas entre estes componentes. Esse tipo de sistema está aumentando em áreas nacionais, demandando tanto a adequação técnica dos modelos escolhidos como a adoção de políticas agrícolas, a fim de que se possa amparar o produtor e ele alcance maiores benefícios a partir desse modelo de agricultura (ABDO; VALERI; MARTINS, 2008).

2.3 AGRICULTURA ORGÂNICA E AS PRÁTICAS DE CULTIVOS SUSTENTÁVEIS

Agricultura orgânica e agroecologia apresentam algumas similaridades no que concerne à definição quando relacionadas às questões inerentes à saúde, por conta dos alimentos sem agrotóxicos e a preocupação ambiental pertinente ao modo de produção. A agricultura orgânica se insere no movimento de agricultura alternativa. Enquanto prática agrícola, a agricultura orgânica assume características técnicas do meio social a qual está inserida e a produção em si integra a organização familiar (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Segundo Souza e Alcântara (2003), a agricultura orgânica no Brasil desenvolveu-se no final da década de 1990 com incentivos em pesquisas oficiais, e os protagonistas sociais desse desenvolvimento foram os produtores, associações e Organizações Não Governamentais (ONGs) por meio de pesquisas experimentais de campo e observações dos processos naturais.

Em termos legais, no Brasil, a Lei n.º 10.831, de 23/12/2003, dispõe sobre a regulamentação da agricultura orgânica. Em seu artigo 1º é exposto:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo, a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Para Penteadó (2001), trata-se de uma produção agrícola com particularidades, seja pelo produto apresentar superioridade na qualidade biológica comparado ao produto oriundo do cultivo convencional, seja pelo valor comercial e aumento da receita decorrente também da qualidade e da menor dependência dos insumos químicos que reduzem o custo de produção.

A Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM) instituiu quatro princípios como contribuição da agricultura orgânica ao mundo: 1) saúde – a saúde de indivíduos e comunidades não pode ser separada da saúde dos ecossistemas; 2)

ecologia – baseada no equilíbrio dos sistemas e ciclos ecológicos vivos com produção ecológica e reciclável ; 3) justiça – equidade nas relações humanas, condições e oportunidade de vida aos animais e uso dos recursos naturais e ambientais de maneira social e ecologicamente justas e; 4) cuidados – aumento da eficiência e produtividade sem prejudicar a saúde e o bem-estar, precaução e responsabilidade na escolha da gestão, desenvolvimento e tecnologia, soluções com base na ciência e nos saberes tradicionais.

Na concepção de Campanhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica é uma opção viável aos pequenos agricultores, e essa afirmativa é constatada quando observados os seguinte fatores: a) embora utilizem mão de obra e apresentem menor produtividade, o desempenho econômico se dá pelo menor custo e maior lucro; b) os produtos têm características de nicho de mercado, pois integra um segmento restrito com público seletivo; c) quando organizados em associações ou cooperativas, lhe é permitido integrar-se às redes de comercialização nacionais e transnacionais; d) por ofertar produtos especializados, não concorrem com grandes produtores e; e) possuem baixa dependência de insumos externos e a produção é diversificada.

No Brasil, o reconhecimento do sistema orgânico de produção se dá por meio do selo de certificação orgânica, regulamentado pelo Governo Federal por meio da Instrução Normativa 07 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 17 de maio de 1999, sendo este selo responsável em promover o aumento do consumo e por divulgar à sociedade os princípios da agricultura orgânica (SOUZA; ALCÂNTARA, 2003).

2.3.1 Princípios Ecológicos

A agroecologia, ciência esta que propõe um estilo sustentável à agricultura converge da agricultura alternativa, que embora adote técnicas que atendam aos requisitos socioambientais, não contemplam na sua totalidade as orientações agroecológicas. Os sistemas de produção de alimentos de método tradicional ao migrar para a agroecologia percorrem pela transição ou conversão que possibilita viabilizar o agroecossistema num estilo sustentável, cujo processo obedece a etapas, definidas em três níveis, conforme apresentado por Gliessman (2000, apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 14), a saber:

[...] incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas e

redesenho dos agroecossistemas, para que funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos.

Na transição ecológica sustentável, a exemplo da cultivo convencional para um cultivo de base agroecológica como é o caso da agricultura orgânica, percebe-se que a partir dos princípios ecológicos, os agroecossistemas sofrem manipulações que acarretam em melhoria na produção, tornando-a mais sustentável por mitigar prejuízos ambientais ou impactos sociais, e reduzir os insumos nocivos ao meio e ao homem. Porém, nesse período, que incide na aplicação de manejos agroecológicos, a comercialização dos alimentos produzidos não se qualifica como orgânico (FONSECA *et al.*, 2009; DINIZ, 2011).

A agroecologia estabelece princípios básicos para o alcance de agroecossistemas sustentáveis, a saber: menor dependência de insumos externos e a conservação dos recursos naturais (ASSIS; ROMEIRO, 2002). O autor frisa ainda que no processo de produção de alimentos por esses sistemas agroecológicos, o desafio está na reciclagem de energia e nutrientes como medida de manutenção e renovação destes recursos, o que permite conciliar a diversidade de cultivos com criações e, ainda, fortalecer os sistemas quanto às adversidades das intempéries ou oscilações no mercado. A este respeito, Altieri (1998, p. 18-19, apud ASSIS; ROMEIRO, 2002), sintetiza:

a produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades. Às vezes, as perturbações podem ser superadas por agroecossistemas vigorosos, que sejam adaptáveis e diversificados o suficiente para se recuperarem passado o período de estresse.

Consistem em princípios agroecológicos:

- a) melhorar a reciclagem da biomassa e aperfeiçoar a disponibilidade de nutrientes;
- b) assegurar condições favoráveis de solo para o crescimento das plantas, especialmente pelo manejo da matéria orgânica e aumento da atividade biótica;
- c) minimizar as perdas devido aos fluxos de radiação solar, ar e água pela forma de armazenamento de água e manejo de solo através de cobertura com restos vegetais.
- d) espécies e diversificação genética do agroecossistema no tempo e no espaço;
- e) melhorar o benefício das interações biológicas e sinérgica entre os componentes da agrobiodiversidade (DINIZ, 2011, p.15).

2.4 CULTIVOS SUSTENTÁVEIS DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

Agricultores conscientes quanto aos impactos socioambientais provocados pelos métodos de produção da agricultura convencional, têm buscado alternativas que visam a sustentabilidade. E neste cenário, a agricultura orgânica ganha destaque, pois é compreendida como um sistema de produção capaz de reduzir ao mínimo o impacto ambiental, não comprometendo a eficiência da meta produtiva.

A ascensão do cultivo de alimentos orgânicos é constatada quando, em escala mundial, o crescimento das áreas destinadas aos cultivos de alimentos orgânicos saltou de 15 milhões de hectares para 69,8 hectares de terra entre os anos de 2000 a 2017. Em relação ao Brasil, no período de 2010 a 2018 ocorreu um crescimento médio anual de 19% de áreas de cultivo de orgânicos e 17% no quantitativo de produtores registrados junto ao Ministério da Agricultura (LIMA *et al.*, 2020).

No mercado brasileiro de frutas frescas, Detoni (2005) discorre sobre as mudanças no comportamento do consumidor, diante da preocupação com fatores relacionados à origem do produto, presença de produtos químicos e a conservação, o que tem alavancado o consumo de alimentos orgânicos e ditado mudanças na produção agrícola, pois essa conscientização favorece a expansão do comércio desses alimentos e, ainda, se converte em oportunidade para a transição dos cultivos convencionais para os práticas sustentáveis.

Neste contexto de produção e consumo de alimentos orgânicos, Lima *et al.* (2020) abordam que, na América Latina, o Brasil é o maior mercado consumidor de alimentos de origem orgânica, principalmente os *in natura* como legumes, frutas e verduras. Este cenário sugere o aumento não só da oferta do produto, mas também da sustentabilidade da área produtiva.

Para Santos *et al.* (2014), intrínsecos ao processo do desenvolvimento do espaço rural, necessários para alcançar a sustentabilidade, estão os valores subjetivos que envolvem as relações e composições sociais, as práticas cotidianas e meios econômicos. Na parte técnica empregada nos cultivos orgânicos, Penteadado (2001) afirma que o solo, clima e plantas devem ser favorecidos.

De acordo com Penteadado (2001), a lógica ambiental que garante a sustentabilidade nos cultivos orgânicos, se dá a partir da compreensão de que, no sistema orgânico, o processo envolve a relação entre o solo, clima e plantas, com uso de adubos orgânicos de lenta liberação de nutrientes, formando assim uma cobertura de solo em equilíbrio nos aspectos

microbianos, orgânicos e nutricional, que resulta em alimentos saudáveis, ecossistemas equilibrados e sistema sustentável.

Inclui-se, também, no cenário da sustentabilidade agrícola a agricultura familiar, responsável pela produção de alimentos saudáveis e nutritivos. Silva (2019b), salienta que a FAO e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) instituíram, por meio de Assembleia Geral da ONU, a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028, ressaltando ao mundo a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável.

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Sá *et al.* (2014) ao abordarem sobre o contexto histórico de mudanças na agricultura, esclarece que a modernização da agricultura gerou a concentração da produção e a exclusão de produtores dada à defasagem econômica e a dependência de subsídios agrícolas. O autor diz ainda que, a alternativa dada à agricultura familiar foi a demanda de mercado por produtos diferenciados em aspectos subjetivos como identidade territorial, cultural e de saúde, aspectos esses também característicos da agricultura orgânica.

Observa-se diante do modo produtivo que a agricultura orgânica se adequa aos meios da produção familiar, pois ambas exigem mão de obra intensiva, conforme expressam Conejero, Tavares e Neves (2009). Os autores acrescentam que nesta modalidade de agricultura é possível diversificar os cultivos numa mesma área, capaz de atender à crescente demanda e apresentar valores diferenciados de comercialização. No tocante à agricultura familiar, Lima *et al.* (2020, p. 26) observam que:

Os avanços mais estruturais para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento rural alcançados, nas últimas duas décadas, vêm minguando ou regredindo, especialmente aqueles destinados à agricultura familiar nos últimos cinco anos. Embora essa categoria enfrente uma maior fragilidade histórica em relação a aportes – econômico, institucional, organizacional e técnica – do Estado brasileiro, ela se mostra portadora da diversidade de cultivos, de conhecimentos associados ao manejo agrícola e ao uso das plantas, de saberes e modos específicos de processamento, além de ser responsável pela vivacidade do tecido social rural e pela multiplicidade de modos de vida nas distintas paisagens brasileiras.

Por fim, nas conquistas da agricultura familiar está a implementação da Lei nº11.974/2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e, a partir da lei em questão, Silva (2019b) aponta o destaque internacional do Brasil ao instituir na economia nacional, que dos recursos orçamentários destinados à aquisição da merenda das escolas públicas por meio do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar, pelo menos 30% dos valores repassados aos estados e municípios devem contemplar produtos da agricultura familiar.

3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM BOA VISTA (RR)

Produção e consumo de alimentos orgânicos têm ganhado mercado devido à crescente demanda mundial, apesar de um dos principais entraves no crescimento consistir na conversão em orgânico das áreas cultiváveis, concentração de terra em monocultivos e a ausência de dados da agricultura orgânica também compõe o pacote dos desafios, como esclarecem Lima *et al.* (2020). A defesa do meio ambiente e da vida humana se dá, principalmente, pela pactuação das políticas públicas de caráter internacional, discutidas entre as nações, que assumem compromissos na tentativa de equacionar riscos ou mitigar impactos negativos. Diante do exposto, esta seção aborda sobre as políticas ambientais brasileiras com enfoque no desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura agroecológica, responsabilidade socioambiental.

3.1 SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

Compreender a sustentabilidade requer saber que esta envolve a qualidade e a propriedade do sistema global humano ambiental e considera as evoluções dinâmicas temporais vinculadas aos aspectos ambiental, econômico e social. A partir desse entendimento de Feil e Schreiber (2017, p. 674), a sustentabilidade é definida pelos autores como “um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito a interação indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos”.

Contudo, a ação antrópica que destrói o meio natural sem levar em conta aspectos socioeconômicos é a mesma capaz de adotar medidas redutoras de danos a partir da conscientização, de incentivos e políticas voltadas às práticas sustentáveis dos recursos naturais e restauração dos equilíbrios social e econômico. Os interesses econômicos difusos tendem a desconsiderar que inúmeras famílias dependem das áreas destruídas como fonte de renda e alimentação e que no aspecto ambiental, a biodiversidade e os recursos naturais podem apresentar escassez e extinção.

Portanto, a sustentabilidade direcionada ao desenvolvimento sustentável, consiste em assegurar que o desenvolvimento econômico não gere degradação ambiental ou esgotamento dos recursos naturais. Em território brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê a proteção ao meio ambiente intrínseca ao desenvolvimento sustentável,

conforme exposto no “art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Problemas ambientais relacionados ao desmatamento, recursos hídricos e energéticos, agricultura e alimentação, saneamento, clima, são exemplos que se projetam do local ao internacional e passam a ser considerados fenômeno global. Neste cenário, outros atores passam a integrar a política internacional, dentre os quais as ONGs. Silva (2008, p. 22), destaca que “a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco 92, pode ser considerada o momento de maior projeção das ONGs no Brasil”.

Discutir acerca da sustentabilidade decorre em reconhecer que a exploração econômica acarreta fragilidades e limites dos recursos naturais, e ainda impõe obstáculos quanto ao acesso das pessoas, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade. De acordo com Feil e Schreiber (2017, p.678), a sustentabilidade é indissociável das questões ambientais e humanas, sendo assim, “é um processo que mensura o grau ou nível da qualidade do sistema complexo ambiental humano”. Os autores esclarecem:

sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável [...] não podem ser considerados práticas isoladas, pois o êxito no alcance do sustentável ocorre via combinação do conjunto de atributos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 678).

A exploração dos recursos naturais promove o desenvolvimento e enriquecimento, seja dos países ou cidades, mas deixa os rastros da destruição, e por vezes, consequências irreparáveis. No setor agrícola, os danos ao meio natural são facilmente percebidos, tanto que modelos alternativos sustentáveis têm sido implementados em substituição à agricultura convencional. Para Melo *et al.* (2008), são consequências desastrosas a adoção de tecnologias universalistas causadoras de degradação do meio, contaminação dos aquíferos, destruição das áreas verdes e da biodiversidade. Na questão antrópica, o autor aponta o êxodo rural, consequente da falta de incentivos e as políticas governamentais ao pequeno agricultor como impulsionador das mazelas sociais urbanas.

Sociedade, organizações governamentais e não governamentais nas deliberações de questões da sustentabilidade devem apresentar propostas que contemplem interesses de seus representados, e desse entendimento (RATTNER, 1999, p. 237) afirma que a sustentabilidade

não é exclusiva do melhor equilíbrio e harmonia com o meio ambiente natural, visto que “suas raízes estão localizadas em um relacionamento interno à sociedade, de natureza econômica e politicamente equilibrada e equitativa”.

3.1.1 Marco das Políticas Ambientais

Acordos em prol da humanidade são discutidos entre os países e a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentam relevante papel por reuni-los em causas coletivas, e as determinações geram aos signatários compromissos públicos implementados nos planos de governo de cada país membro. No tocante às políticas internacionais, a ONU ganha outros significados, pois atua em causas voltadas aos direitos humanos, sociais, econômicos e meio ambiente. Compõe a ONU 51 países na qualidade de fundadores, porém 193 totalizam os países membros que integram a organização (ONU, 2015).

Anterior aos encontros internacionais das causas ambientais, dois acontecimentos chamaram a atenção sobre a questão ambiental. O primeiro foi a publicação do livro *Primavera Silenciosa* em 1962, de Rachel Carson, alertando sobre o uso de pesticidas químicos no setor agrícola e os efeitos nos processos celulares dos ecossistemas e comprometimento à saúde humana (BONZI, 2013). O segundo, em 1972, consistiu no relatório *Os Limites do Desenvolvimento*, publicado pelo Clube de Roma, que apontou a indústria, o crescimento populacional, a poluição, a produção de comida e o uso dos recursos naturais excediam os limites ecológicos e limitaria o crescimento do planeta (MOTA, 2008).

A Conferência de Estocolmo, em 1972, destacou-se por constituir o marco legal das questões mundiais sobre o meio ambiente na qual originou a *Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* ou *Declaração de Estocolmo* e deliberou por uma agenda ambiental comum, com princípios direcionados à preservação e melhoria do meio ambiente humano. Em 1987, a Comissão de Brundtland apresentou o relatório *Nosso Futuro Comum*, no qual propõe o desenvolvimento sustentável em atendimento às necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras (ONU, 2015.).

Outros eventos de discussão internacional foram a Conferência de Kyoto no Japão, em 1997, que resultou no *Protocolo de Kyoto*, um tratado com regras acerca da redução de emissões de gases de efeito estufa e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, denominada Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco 92, no Rio de Janeiro, Brasil, cujos compromissos assumidos resultaram na Agenda 21 para a construção de sociedades

sustentáveis, nas mais diversas regiões geográficas com garantias de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BRASIL, 2002.).

Em 2002, ocorreu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo Rio+10, na África do Sul, que realizou um balanço das conquistas da Agenda 21 e estipulou novas prioridades. Em 2012 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, no Rio de Janeiro, Brasil, que resultou em políticas da economia verde e estratégias de financiamento do desenvolvimento sustentável.

O ano de 2015 foi marcado pela realização da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, na sede da ONU em Nova York, onde foram definidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como compromissos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se que o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável é o que mais se relaciona ao contexto desta pesquisa, apesar da correlação com os demais.

3.1.2 Responsabilidade Socioambiental

O trabalho proveniente da atividade humana tem provocado impactos para o meio ambiente no decorrer dos anos, o que torna esse assunto essencial para o desenvolvimento humano e organizacional, uma vez que consequências negativas são geradas em proporções consideráveis. Portanto, é possível descrever a responsabilidade social como conjunto de estratégias favoráveis ao bem-estar da sociedade, almejando assim lucratividade e melhoria da qualidade e expectativa de vida da sociedade (RIBEIRO; PUENTE-PALACIOS; FERREIRA, 2015).

Portanto, a responsabilidade socioambiental é vista como ferramenta de gestão para as mais variadas organizações, uma vez que demonstra a nova ordem voltada para o ambiente empresarial, de modo a determinar uma visão maior do mundo e da sociedade como um todo. Adotar esse tipo de ferramenta possibilita as organizações a valorizar a ética e responsabilidade social (CASTRO; LINHARES, 2008).

As questões ambientais precisam ser levadas em consideração pelas organizações, inovando e possibilitando um melhor desenvolvimento tecnológico, competitivo e econômico. Para isso, se torna necessário que as organizações se adequem às necessidades por meio das regulamentações ambientais, como no caso da utilização do Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO 14001 (CROTTI; MAÇANEIRO, 2017).

3.1.2.1 Sistema de Gestão Ambiental: a norma ISO 14001

Diante das normativas internacionais, as quais o Brasil pactua, a Norma ISO 14001 aplicada ao Sistema de Gestão Ambiental, atualizada no ano de 2015, destina-se às organizações públicas e sem fins lucrativos, comprometidas com a melhoria contínua das questões ambientais, tais como águas, esgotos, resíduos, solos e alterações climáticas (ABNT, 2015). No Brasil, a responsabilidade em editar as normativas da International Organization Standardization – ISO (Organização Internacional de Normatização – ISO) compete à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para a ABNT NBR ISO 14001 (2015, p. 8) “as expectativas da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável, transparência e responsabilidade tem evoluído com a legislação de forma rigorosa sobre o meio ambiente [...]”. Segundo Zanatta (2017), essa norma permite a implementação da política ambiental nas organizações, uma vez que estabelece objetivos para o alcance da certificação e da credibilidade no mercado por meio do compromisso o meio ambiente. O Quadro 1, possibilita compreender as etapas de implementação da gestão ambiental, conforme a ISO 14001:

Quadro 1 – Etapas da implementação da gestão ambiental de acordo ISO 14001

ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	
Política ambiental	Declaração da organização. Expõe suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global. Provê uma estrutura para as ações e definições de seus objetivos e metas ambientais
Planejamento	Recomenda que as organizações formulem um plano capaz de cumprir a política ambiental, incluindo tais tópicos: aspectos ambientais, requisitos legais, objetivos e metas, programas de gestão ambiental, entre outros.
Implementação e operação	A empresa deve desenvolver mecanismos de apoio necessário para que sejam atendidos os requisitos previstos em sua política. Esses mecanismos incluem: Estrutura organizacional, Responsabilidade, Documentação completa do Sistema de Gestão Ambiental, entre outros.
Verificação e ação corretiva	Criação de condições para averiguação se a empresa está operando ou não de acordo com o programa de gestão ambiental previamente definido.
Análise crítica	Após a auditoria, consideram-se as possíveis mudanças nos cenários internos e externos. É nesse momento que poderá identificar a necessidade de possíveis alterações em sua Política Ambiental.

Fonte: Adaptado de Barreto (2011).

De acordo com a ABNT, recomenda-se a criação de projetos capazes de fiscalizar e adotar medidas restritivas às organizações com ações imprudentes frente à sociedade e meio ambiente. Ao causar danos socioambientais, as organizações tendem a apresentar impedimentos para o alcance do sucesso, principalmente, por meio da competitividade. Desse modo, afirma-se que a NBR ISO 14001 é vista como ferramenta necessária na melhoria

contínua das organizações ambientalmente responsáveis, devido assistir como as organizações programam ou aperfeiçoam a gestão ambiental (ABNT, 2015).

Ao considerar as diretrizes constantes das normativas para gestão ambiental, deve-se considerar que estas são consequências de acordos, tratados e propostas de gestão, que na sua maioria origina-se das deliberações internacionais. Diante do contexto de expansão de territórios produtivos e aumento da demanda de alimentos, torna-se relevante verificar como funcionam as políticas ambientais e de que forma elas atuam em conjunto com outras políticas direcionadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade.

3.2 POLÍTICAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

O desenvolvimento econômico do setor agrícola brasileiro tem possibilitado o crescimento da agricultura orgânica no mercado comercial. Essa inserção feita por meio de normativas e políticas públicas, que a princípio visam regulamentar a produção e a comercialização, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, é reconhecida como avanço adequado ao desenvolvimento da agricultura orgânica no país (SANTOS, 2017b).

Embora o cadastro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) identifique a região geográfica e a unidade federativa das unidades de produção orgânica, Lima (2020) observa que ainda existem lacunas nos dados correspondentes aos tipos de produto ou atividades, o volume de produção e comercialização, o que compromete ou inviabiliza a implementação ações de planejamento, investimentos, pesquisas, desenvolvimento e avaliação do setor orgânico.

Dentre os obstáculos brasileiros que dificultam a promoção de uma agricultura social e ambientalmente mais sustentável, na qual a agricultura orgânica se enquadra, está a priorização da política agrícola em atender aos anseios do agronegócio, cujos cultivos dependem de agroquímicos, as sementes são geneticamente modificadas e o processo produtivo é mecanizado (LIMA, 2020).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa (2017), um dos principais instrumentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), mais conhecido como Brasil Agroecológico. Entre os anos de 2013 e 2015, foi elaborado o primeiro ciclo do plano e o

resultado obtido foi um amplo conjunto de ações públicas com uma destinação de mais de R\$ 2,9 bilhões de investimentos para a agroecologia.

A Embrapa (2017), observa as vantagens do Planapo, não apenas em incentivos ligados à articulação entre agentes públicos e privados acerca da produção orgânica, mas porque viabilizou a incorporação do tema em vários processos de planejamento e implementação de políticas públicas.

Posteriormente, num processo de aperfeiçoamento técnico, foi lançado o Planapo 2016-2019, com ajustes propostos pelas áreas responsáveis, porém segue em processo de maior detalhamento a meta relativa à implementação e o monitoramento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, por solicitação do MAPA. Em síntese, o objetivo maior do programa é promover o diálogo com estados e municípios a fim de destinar incentivos para fortalecer e ampliar os sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica (EMBRAPA, 2017).

Concomitantes e integradas, as medidas adotadas por outros órgãos vinculados à ONU, à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apresentam compromissos voltados ao combate à fome e à pobreza, ao desenvolvimento agrícola em áreas rurais de baixa renda, à nutrição e segurança alimentar e ao acesso a alimentos saudáveis (ONU NEWS, 2020).

Ademais, conforme o objetivo número dois, referente ao desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, pretende-se “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2020). Deve-se mencionar também que figura entre as metas da ONU, garantir, até 2030:

sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo (ONU, 2020).

Fica claro, portanto, que a agroecologia é o caminho para a alimentação saudável e para a sustentabilidade. É primordial que esses objetivos ultrapassem as barreiras do papel e se concretizem, por meio de políticas de incentivo à produção de alimentos ecologicamente corretos. A substituição da agricultura tradicional pela orgânica pode representar não só uma melhora na produção, com a conseqüente lucratividade, mas a manutenção de ecossistemas que já foram bastante danificados pela ação do homem.

A procura por alimentos ecologicamente corretos tem aumentado nos últimos anos. Todavia, ao mesmo tempo, segundo Terrazzan e Valarini (2009), surge a necessidade de se estabelecer procedimentos regulamentares que assegurem a transparência nos processos de produção e comercialização. É crescente o número de consumidores que se mostram dispostos a pagar mais caro por produtos orgânicos, desde que tenham garantia da qualidade e da procedência do produto.

Nesse sentido, é inevitável que sejam respeitados os procedimentos de registro formal como a obtenção de selos e certificações de qualidade e denominação de origem e de alimento orgânico (FONSECA *et. al.*, 2009). Ademais, em consonância com Scalco e Servi (2014), uma característica peculiar dos produtos orgânicos, frente aos convencionais, é a necessidade de atendimento a padrões de conformidade relacionados às normas de produção determinadas por entidades reguladoras, culminando, na garantia de qualidade e, conseqüentemente, a certificação.

No que tange à legislação, existem três modalidades de certificação que reconhecem os agricultores como produtores de alimentos orgânicos, a saber: a Certificação por Auditoria (CA); a Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) e; a Organização de Controle Social (OCS) (BRASIL, 2020). É preciso mencionar, no entanto, que existem alguns empecilhos como o tamanho da área a ser certificada, taxas de inscrição, entre outros fatores que geram custos e dificultam a certificação.

Apesar das dificuldades, trata-se de um mercado promissor e que precisa da atenção dos órgãos responsáveis, em razão dos benefícios que traz aos consumidores e à natureza. A produção de alimentos orgânicos permite que homem e meio ambiente convivam de forma harmônica, livres de agrotóxicos, com mais qualidade de vida, alimentos mais saudáveis e cuidados com a biodiversidade.

3.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM BOA VISTA

O percurso da agricultura orgânica em Boa Vista coincide com a chegada deste modo de produção sustentável ao Estado de Roraima, de forma que se faz necessária uma breve contextualização que contemple a transição dos cultivos, a organização social dos agricultores, destino da produção e as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores de alimentos orgânicos.

3.3.1 O Início da Transformação

Santos (2011) discorre sobre a agricultura orgânica no Estado de Roraima, na qual as primeiras manifestações ocorreram em 1982, na região do Monte Cristo, com a horticultura e a fruticultura e o precursor fora o agricultor unifamiliar Antônio Aluísio Moura Macuglia. As áreas cultivadas eram divididas, metade das terras destinavam-se ao cultivo de agricultura convencional e os outros 50% ao cultivo de produtos orgânicos, numa área total de três hectares.

Em poucos anos, no entanto, o agricultor em questão transferiu-se do Município de Boa Vista (RR) para o Município de Pacaraima (RR), cidade com melhor condições climáticas, o que possibilitou o aumento da produção de horticultura e fruticultura. Em 1983, com sua família e mais dois sócios, fundou a Tri Genros, dando início a novas atividades agrícolas orgânicas (SANTOS, 2011).

3.3.2 Transição de Cultivos e o Projeto do SEBRAE/RR

Meio ambiente e alimentação saudável constituem os principais motivos para a expansão do mercado de produtos orgânicos, pois contemplam a preservação da natureza à qualidade de vida. Nesse contexto, o incentivo para a produção de orgânicos em Roraima se deu graças à iniciativa de instituições que ofertaram capacitação aos interessados em conhecer a agricultura orgânica. Em 2005, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), lançou o projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), destinado a atender à agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e quilombolas (SANTOS, 2011).

Ainda em 2005, SEBRAE implementou no Município de Boa Vista o projeto PAIS, a contemplar as famílias moradoras dos Projetos de Assentos Nova Amazônia, glebas Murupu e glebas Truaru, e apresentava como principal objetivo transformar 10% dos horticultores da região inseridos no sistema convencional de cultivos em horticultores orgânicos (ROCHA, 2016; SANTOS, 2011). Outro projeto com objetivos agroecológicos desenvolvido em Boa Vista foi o SEBRAE Bio, destinado aos 80 agricultores dos Projetos de Assentamento (PA) Nova Amazônia, Truaru e Murupu, visando a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social nos empreendimentos rurais, a partir de soluções de bases ecológicas (SEBRAE, 2017).

3.4 A ASSOCIAÇÃO E O MERCADO DE ORGÂNICOS EM BOA VISTA

A partir do projeto PAIS do SEBRAE, em 27 de julho de 2005 é fundada a Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista (AHOBV/HORTIVIDA), uma organização sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Santos (2011) aborda que a associação iniciou com 22 agricultores, posto que, devido às dificuldades da transição convencional/orgânico, a demora do solo em corresponder com eficácia após um longo período de degradação, o que ocasionou perda de lucro e de tempo, a Hortivida teve redução no número de associados. Na atualidade, integram a associação dez produtores.

Os agricultores associados dedicam-se, durante a semana, à produção de vegetais como hortaliças, legumes e frutas, à criação de animais e à apicultura. Apesar das dificuldades iniciais, atualmente, esses produtores já não precisam se preocupar com o marketing, por exemplo, visto que os próprios clientes, fidelizados ao longo do projeto, fazem esse trabalho de forma natural ao relatar a familiares e conhecidos os benefícios da alimentação orgânica. Trata-se, sem dúvida, de um mercado em expansão e que tende a ganhar adeptos graças às vantagens que proporciona (ITCPES, 2015).

Conforme dados do SEBRAE (2017), os associados da Hortivida estão devidamente cadastrados e comercializam seus produtos na Feira da Moca, localizada no bairro Caçari, um ponto de vendas estratégico, já que os moradores das imediações possuem alto poder aquisitivo e conscientização ambiental sólida. Há ainda outros dois pontos de comercialização, sendo um localizado na Avenida Capitão Júlio Bezerra, no bairro Aparecida, e outro no Roraima Garden Shopping, este suspenso devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus Covid-19. Além disso, alguns associados também comercializam os produtos em suas propriedades produtivas.

Nesse cenário, Roraima segue os passos de crescimento do mercado brasileiro de orgânicos, o qual faturou R\$ 4 bilhões somente em 2018, um resultado 20% superior a 2017, dados estes obtidos pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis) com base em 60 empresas do setor e publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (LIMA, 2019). Esses números evidenciam um mercado em crescimento e que vem beneficiando produtores, consumidores e meio ambiente, ou seja, a produção de orgânicos firma-se, cada vez mais, como uma alternativa rentável e saudável.

Ainda conforme Lima (2019), o Estado de Roraima tem, aproximadamente, cinquenta produtores de cultivos orgânicos, divididos em sete Organizações de Controle Social (OCS) registradas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA, com

concentração nos Municípios de Boa Vista, seguida dos Municípios de Rorainópolis e Pacaraima, cujos produtos são de interesse dos supermercados, porém o selo de conformidade orgânica é o maior impedimento para que a comercialização desses alimentos avance no mercado local.

As OCS do Estado de Roraima constantes do CNPO são: Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista (AHOBV/HORTIVIDA); Coopercinco; Associação dos Agricultores Familiares do Polo 1 – Elifas Levi Veloso Filho; Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia (COOPANA); Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (COOPHORTA); Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar do PA Nova Amazônia (ASSOTTRUT); Trigenros Orgânicos (MAPA, 2020).

No que diz respeito à agroecologia ou agricultura orgânica, de acordo com Altieri (2009), por meio da compreensão dos processos naturais e as relações com o homem, os agroecossistemas podem ser manipulados para produzir mais e melhor, com menos insumos externos, menos impactos ambientais e sociais, em uma dinâmica de autossustentação. Assim, observa-se que, iniciativas de implementação de organizações como a HORTIVIDA melhoram a vida dos pequenos agricultores em razão da lucratividade, como também beneficiam consumidores e meio ambiente também.

4 METODOLOGIA

4.1 ESCOPO DA PESQUISA

Esta pesquisa aborda as práticas agroecológicas sustentáveis intrínsecas ao processo de produção e comercialização de produtos orgânicos em Boa Vista (RR), no que tange à Responsabilidade Socioambiental que norteia as atividades desenvolvidas por uma Organização de Controle Social (OCS). Portanto, tem-se como objeto de estudo, a Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista (AHOBV), denominada HORTIVIDA, sem fins lucrativos e integrante do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO do Ministério da Agricultura (MAPA, 2020).

Com sede localizada na Travessa Asterio Bentes Pimentel, nº320, bairro Jardim Floresta 1, zona oeste da cidade de Boa Vista (RR), compõem a HORTIVIDA 10 (dez) associados. A comercialização dos produtos se dá às quartas-feiras e sábados em três localidades, a saber: Praça da Associação de Moradores do Caçari, popularmente conhecida como AMOCA; Av. Capitão Júlio Bezerra, bairro Aparecida, e Roraima Garden Shopping (ITCPES, 2015).

No processo de formalização da HORTIVIDA, foram ofertadas capacitações e parcerias. No aspecto legal, a associação conquistou alteração na Lei Orgânica do Município de Boa Vista, que passou a reconhecer a Feira de Produtos Orgânicos de Boa Vista (AGROECOLOGIA EM REDE, 2018).

4.2 TIPO DE PESQUISA

Trata-se uma pesquisa descritiva e de campo, combinada com pesquisa bibliográfica. Por meio dessas técnicas de pesquisa, objetiva-se descrever e realizar um levantamento acerca das características do fenômeno em estudo, permitindo relacionar as práticas de responsabilidade socioambiental, com a produção de alimentos orgânicos na agricultura familiar.

Com isso, por meio da descrição e do levantamento desse contexto, serão expostas as principais características dos hortifrutigranjeiros orgânicos de Boa Vista (RR), tais como dados de identificação dos agricultores, condições de trabalho e renda, comercialização dos produtos orgânicos e características exclusivas do funcionamento da HORTIVIDA enquanto membro dela.

4.3 MÉTODOS DA PESQUISA

Para compreender o comportamento dos produtores de orgânicos da associação, a forma de organização, suas particularidades e experiências individuais no tocante as práticas agroecológicas e o cumprimento das políticas socioambientais, utilizou-se o método de pesquisas quanti-qualitativo. A compreensão da dimensão da relação do fenômeno com os elementos da realidade a partir do levantamento dos dados bibliográficos e da pesquisa de campo deu-se com a utilização do método analítico.

4.4 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRAGEM

A pesquisa de campo com aplicação de questionário e realização de entrevista ocorreu entre os meses de maio a julho de 2020, com os associados da HORTIVIDA.

Integram a associação 10 (dez) membros. Da sua totalidade, 09 (nove) responderam ao questionário de pesquisa. Apenas 01 (um) não pôde participar devido à necessidade de isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus Covid-19.

Para a entrevista semiestrutura, escolheu-se uma amostra de 05 (cinco) associados, tendo como base a diversidade dos alimentos produzidos por eles para comercialização.

4.5 LEVANTAMENTO DOS DADOS

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, o levantamento dos dados consistiu em três etapas. A primeira etapa da pesquisa constituiu-se na coleta de informações obtidas pelo levantamento bibliográfico a partir de autores com expertise no tema, consultas em artigos científicos do portal de periódicos da CAPES, dispositivos normativos, bibliotecas virtuais de instituições de pesquisa, revistas eletrônicas, livros, sites oficiais do governo e organizações pró-orgânicos.

De posse do levantamento bibliográfico, as obras consultadas abordaram sobre: 1) agricultura convencional e orgânica; 2) sustentabilidade; 3) Responsabilidade Socioambiental; 4) alimentos orgânicos e assuntos correlatos. As abordagens teóricas nortearam o entendimento da agricultura convencional à agricultura orgânica, os processos de responsabilidade socioambiental, os impedimentos do desenvolvimento, a mudança do comportamento do consumidor e a adesão de adeptos à alimentação saudável oriunda de processos promovedores da preservação do meio ambiente.

Na segunda etapa, correspondente ao estudo de campo, consistiu no contato com a HORTIVIDA por intermédio do presidente da associação, para então chegar aos respectivos produtores. No tocante à coleta de dados para compreensão sobre produção e comercialização dos orgânicos foram realizadas visitas *in loco* às feiras orgânicas da HORTIVIDA da AMOCA e da Av. Capitão Júlio Bezerra, nas propriedades, residências, contato telefônico e por mídias sociais como whatsapp e facebook.

Para contatar a HORTIVIDA, realizou-se busca na página desta associação HORTIVIDA no facebook e enviada mensagem *in box* ao presidente, situação em que houve a troca de contatos telefônicos para agendamentos de diálogo destinados ao esclarecimento da pesquisa. Após contato telefônico com o presidente da associação, foi levada ao mesmo o projeto de pesquisa, a carta de intenção de pesquisa (APÊNDICE A) e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, o TCLE (APÊNDICE B) para que o mesmo socializasse com os associados e de forma coletiva, permitir ou não que a pesquisa abordasse sobre a HORTIVIDA.

Após assinatura da carta de intenção deferindo o pedido da pesquisa, foi entregue ao presidente da associação os TCLE, em duas vias com igual teor a todos os associados, esclarecendo sobre a pesquisa, a coleta e o uso dos dados. Na devolutiva dos TCLE, houve o encaminhamento dos questionários entregues em envelopes individuais com dispositivo para lacrar após preenchimento pelos associados. Com os questionários em mãos, iniciou-se o agendamento das entrevistas.

4.6 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

4.6.1 Questionário

Utilizou-se o questionário de pesquisa e a entrevista semiestruturada como técnicas de coleta de dados. O questionário foi escolhido para reforçar os dados da entrevista com informações referentes às particularidades do desenvolvimento da produção. A devolução deles decorreu de atrasos, pois nem todos os associados, por questões pessoais ou de vulnerabilidade, não permitindo contato social e comercializando os produtos nesse momento de pandemia do novo coronavírus Covid-19.

4.6.2 Entrevista

As entrevistas foram realizadas, no período de 07 a 14 de julho de 2020 com 05 (cinco) associados da HORTIVIDA. A escolha por esse instrumento de pesquisa possibilitou foco no assunto e apresentou roteiro orientador, permitindo à entrevistadora complementar com questionamentos, sem comprometer o padrão proposto das questões. O tempo das entrevistas teve média de 40 minutos a 1 hora e meia de duração.

A entrevistadora e os entrevistados interagiram por meio de roteiro semiestruturado, contemplando questionamentos identificadores das práticas socioambientais sustentáveis desde o processo da produção de alimentos orgânicos até a comercialização dos produtos. Para as entrevistas, utilizaram-se smartphone Motorola G7 Power e mídia Skype como ferramentas gravação.

4.7 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DOS DADOS

Utilizou-se a técnica de estatística descritiva, na qual os dados dos questionários foram compilados para o aplicativo de planilhas Microsoft Excel, analisados e interpretados de maneira qualitativa, de acordo com as categorias constantes do questionário e os resultados representados em tabelas. Ficou sob a responsabilidade do presidente da associação a distribuição e recolhimento dos questionários, constantes de envelopes individuais, com dispositivo de lacre, de forma a assegurar a privacidade das respostas após a preenchimento

Constituíram as categorias do questionário: 1) Dados de identificação do (a) agricultor (a), com cinco questões referentes ao nome, gênero, idade, local de nascimento e grau de escolaridade; 2) Trabalho e renda, apresentando seis questões sobre quais alimentos produzem, quantos membros da família trabalham na produção, quantos residem na propriedade, se contrata trabalhadores, qual a renda média familiar e se possuem outra fonte de renda e; 3) Comercialização dos produtos orgânicos, composto de sete questões que buscou identificar local, periodicidade e canais de comercialização, bem como as dificuldade, vantagens, preços e público.

Quanto às entrevistas obtidas, o tratamento das informações consistiu na compilação na íntegra das respostas a partir das gravações. Após esse procedimento, se procedeu uma leitura detalhada, com a finalidade de destacar os conteúdos que diretamente respondiam as questões da pesquisa, contribuindo para os resultados e análises.

Constou do roteiro das entrevistas 08 (oito questões), as quais se buscou saber sobre aspectos da responsabilidade socioambiental a saber: 1) Como conheceu a agricultura orgânica/agroecológica?; 2) quando passou a ser membro da HORTIVIDA? 3) Qual a importância de integrar HORTIVIDA?; 4) quais as regras para produzir e vender os produtos pela HORTIVIDA?; 5) qual o diferencial do alimento orgânico?; 6) quais práticas ou técnicas sustentáveis utilizadas na sua propriedade contribuem para a preservação do ecossistema; 7) enquanto agricultor, integra algum programa ou ação governamental de incentivo aos alimentos orgânicos? e; 8) em sua opinião, qual a maior contribuição do (a) agricultor (a) orgânico para a sociedade?

A partir das respostas dos entrevistados, foram analisadas as potencialidades e entraves para a expansão das políticas de responsabilidade socioambiental e a produção de alimentos orgânicos em Boa Vista (RR), e as viabilidades de expansão para outros setores. A pesquisa fora realizada no momento da pandemia do novo coronavírus Covid-19, e por este motivo não foi possível a realização de visita *in loco* no Roraima Garden Shopping, onde também são comercializados os produtos orgânicos da HORTIVIDA. Das 5 (cinco) entrevistas realizadas, 4 (quatro) aconteceram de maneira presencial e consideradas as medidas de segurança necessárias e apenas 01 (uma) ocorreu com uso de tecnologia, na qual o Skype fora a ferramenta utilizada.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

5.1 QUESTIONÁRIO

Os resultados foram divididos e apresentados em três categorias, nos quais as respostas obtidas pelos participantes foram apresentadas da seguinte forma: para garantir o anonimato e privacidade dos participantes, foi adotado o uso de pseudônimos de acordo a ordem alfabética dos nomes dos mesmos no qual receberam o pseudônimo E seguido de um número ordinal, ficando então de E1 a E9.

CATEGORIA I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) AGRICULTOR (A)

Integraram a Categoria I do questionário a identificação dos participantes a partir das seguintes informações: nome completo, gênero, idade, local de nascimento e grau de escolaridade.

Dados referentes ao gênero e faixa etária são expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Atributos da Amostra Quanto ao Gênero e Faixa Etária

	Gênero (%)		Faixa etária		
	N	%	N	%	
M	8	89	<29 anos	1	11
			30 a 50 anos	3	33
			>51 anos	5	56
F	1	11			

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Percebe-se que 89% (n=8) dos participantes da pesquisa foram compostos pelo gênero masculino. A faixa etária predominante entre os gêneros foi de >51 anos, equivalentes a 56% (n=5) das respostas obtidas, como mostra a Tabela 1.

A partir dos dados de identificação dos agricultores, obtidos na Categoria I, foi possível notar que, a predominância do gênero masculino ocorreu, principalmente, em razão da atividade exercida pelos indivíduos pesquisados ser a produção de alimentos orgânicos, uma tarefa comumente associada ao trabalho do homem, pois exige maior força física.

Outrossim, a faixa etária de maior destaque compreendeu indivíduos com idade superior a 51 anos, indicando que os associados predominantes na HORTIVIDA são produtores experientes e que devem estar trabalhando há anos na atividade agrícola. Dados do

Censo Agropecuário 2017 identificam que Boa Vista (RR) possui o total de 1.287 trabalhadores rurais, destes 354 na faixa etária de 45 a menos de 55 anos e 337 entre 55 a menos de 65 anos (IBGE, 2019b).

A Tabela 2 apresenta os dados acerca do grau de escolaridade da amostra pesquisa.

Tabela 2 – Grau de Escolaridade

Grau de escolaridade	N	%
Ensino fundamental incompleto	4	45
Ensino médio incompleto	1	11
Ensino médio completo	3	33
Ensino superior completo	1	11

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Observa-se a predominância do ensino fundamental incompleto com 45% (n=4) das respostas, dando a entender que, por se tratar de um público com idade mais avançada, estes talvez não tiveram a oportunidade de continuar seus estudos, o que sugere a dedicação ao trabalho na agricultura na maior parte da sua vida.

Os dados da Tabela 2 confirmam os resultados definitivos constantes do Censo Agropecuário 2017 quando verificado o nível de instrução dos produtores rurais no Brasil, dos que declararam ter frequentado a escola, o quantitativo de 66% informou não ter concluído o ensino fundamental (IBGE, 2019a).

Consta da Tabela 3, dados do local de nascimento da amostra da pesquisa.

Tabela 3 – Local de Nascimento

Cidade	Estado	País	N	%
Manaus	Amazonas		1	11,1
Zé Doca e Maranhãozinho	Maranhão		2	22,2
Juruti	Pará	Brasil	1	11,1
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		2	22,2
Boa Vista	Roraima		3	33,3

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Dados da tabela acima apontam a naturalidade dos associados da HORTIVIDA. 33,3% (n=3) são naturais da capital Boa Vista (RR), 22,2% (n=2) da cidade do Rio de Janeiro, 22,2% (n=2) são dos Municípios de Zé Doca e Maranhãozinho, Estado do Maranhão, 11,1 % (n=1) da capital amazonense, Manaus e, 11,1% vindo do Município de Juruti, Estado do Pará.

Em termos geográficos, constatou-se o percentual de 56% (n=5) oriundos da região norte, dos Estados de Roraima, Amazonas e Pará, 22% (n=2) da região nordeste, do Estado do

Maranhão e 22% (n=2) da região sudeste, do Estado do Rio de Janeiro. Os dados mostram a predominância de migrantes entre os associados, visto que 77,77% não são naturais de Boa Vista (RR) nem dos demais municípios que integram o Estado de Roraima.

Neste sentido, Sousa (2009) em sua abordagem sobre migrações em Boa Vista (RR), destaca que no surgimento da cidade, os primeiros habitantes, atraídos pela pecuária e extrativismo foram os migrantes vindo de outros estados brasileiros, principalmente da região nordeste.

CATEGORIA II – TRABALHO E RENDA

Nesta categoria, buscou-se informações sobre os tipos de alimentos cultivados, trabalhadores membros da família, trabalhadores sem vínculo familiar com o produtor, pessoas que residem na propriedade e renda familiar, como forma de identificar a agricultura familiar e atributos econômicos/financeiros que permeiam a produção orgânica.

Compõe o Quadro 2 os alimentos produzidos pela amostra da pesquisa.

Quadro 2 – Alimentos Orgânicos

Alimentos	Participante
Açaí, rúcula, cebolinha, coentro, couve, tomate, pimenta de cheiro, abóbora, coco	E1
Queijo, iogurte e polpas	E2
Tomate, alface, pepino, jiló, batata doce, quiabo, espinafre, rúcula, abobrinha, mamão, banana, cebolinha, couve, salsa, berinjela e macaxeira	E3
Laranja, mamão, maracujá, tomate, milho, batata	E4
Coentro, cebolinha, salsa, rúcula, hortelã, mastruz, limão, banana	E5
Limão, macaxeira, acerola, abóbora, milho, feijão	E6
Cheiro verde, alface, tomate cereja, rúcula	E7
Broto de feijão, girassol, trigo, goma do trigo para extração de clorofila	E8
Tomate, mamão, maracujá, laranja, milho, banana	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

No momento em que foram questionados quais os alimentos orgânicos que os participantes da pesquisa produzem, percebeu-se uma variedade entre os produtos mencionados, dentre os quais obtiveram maior destaque a produção estão rúcula, tomate, abóbora, banana, mamão e milho.

Os alimentos discriminados na Tabela 4, quanto a aspectos de diversidade de produtos e grupo de vegetais frescos, coincidem na abordagem de Lima *et al.* (2020) sobre produção e

consumo de alimentos orgânicos no mundo e no Brasil, ao apontar os legumes, frutas e verduras como os alimentos orgânicos *in natura* mais consumidos pela população brasileira.

Na Tabela 4 é exposto o quantitativo de pessoas da família que trabalham na produção orgânica.

Tabela 4 – Familiares Trabalhadores na Produção de Orgânicos

Membros da família	N	%
0 – nenhuma	1	11
2 – duas	4	45
3 – três	1	11
4 – quatro	2	22
6 – seis	1	11

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Ao serem questionados em relação a quantas pessoas da família trabalham ou ajudam na produção dos alimentos orgânicos, a maioria dos entrevistados – 45% (n=4) – afirmou que conta com o auxílio de duas pessoas envolvidas no processo de cultivo para que os alimentos possam ser produzidos e vendidos na cidade de Boa Vista (RR), como mostra a Tabela 5.

Notou-se que o cultivo e produção de alimentos orgânicos ocorre, em sua maioria, pelo trabalho realizado por duas pessoas da família, a fim de facilitar todo o processo produtivo e a comercialização. Daí se confirma o cadastro da HORTIVIDA enquanto OCS na garantia da qualidade orgânica e venda direta pelos agricultores familiares. Nesse sentido, Pasqualotto, Kaufmann, Wizniewsky (2019. p. 56) enfatizam que o modo mais antigo de comercialização dos produtos da agricultura familiar se dá quando “o agricultor ou agricultora familiar vende seu produto diretamente ao consumidor”.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, a incidência de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com vínculo de parentesco com o produtor em Boa Vista (RR) é de 3.409 pessoas, das quais 2.125 são do sexo masculino e 1.284 do sexo feminino (IBGE, 2019b).

O quantitativo de pessoas que vivem na propriedade de cultivo é exposto na Tabela 5.

Tabela 5 – Pessoas Residentes na Propriedade

Quantos vivem na propriedade	N	%
2	2	22,3
3	1	11
4	1	11
6	2	22,3
8	2	22,4
9	1	11

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Quando questionados sobre o quantitativo de pessoas vivem na propriedade, 22,4% (n=2) da amostrada da pesquisa afirmou que oito pessoas vivem no local; 22,3% (n=2) vivem duas pessoas; 22,3% (n=2) seis pessoas; 11% (n=1) três pessoas; 11% (n=1) quatro pessoas e 11% (n=1) nove pessoas vivem na propriedade.

A composição de indivíduos nas propriedades familiares apresentou bastante variação, tendo em vista que a maioria das propriedades possui dois, seis ou oito indivíduos habitando aquele local e o sustento se dá a partir da produção orgânica. Em razão do tamanho dessas famílias, poucos colaboradores são contratados para auxiliar nas tarefas, pois conseguem dar conta do trabalho existente.

Segue a Tabela 6 com informações da amostra da pesquisa quanto à contratação de trabalhadores.

Tabela 6 – Contratação de Trabalhadores

Outros trabalhadores	N	%
Um	2	22,3
Dois	2	22,3
Três	1	11
Não	3	33,4
Às vezes	1	11

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Em relação ao contrato de outros trabalhadores auxiliares na produção dos alimentos orgânicos, 33,4% (n=3) afirmaram não contratar nenhum tipo de colaborador. Entretanto, houve concordância na percentagem em algumas respostas, no qual 22,3% (n=2) afirmaram respectivamente que contratam uma e duas pessoas, e 11% (n=1) afirmou que contrata três

colaboradores e, por fim, 11% (n=1) alegou contratar colaboradores às vezes, porém não mencionaram a quantidade, como pode ser observado na Tabela 7.

Os dados refletem a contratação de mão de obra externa às famílias em número reduzido, informação que confere com os exposto pelo Censo Agropecuário 2017 quanto ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor no Município de Boa Vista (RR) ao totalizar 941 pessoas distribuídas, das quais 518 em caráter permanente, 396 temporários e 27 parceiros (IBGE, 2019a).

O demonstrativo da renda média familiar da amostra da pesquisa é exposto na Tabela 7.

Tabela 7 – Renda Média Familiar

Renda	N	%
Inferior a R\$ 1.045,00	1	11
De R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00	6	67
De R\$ 2.091,00 a R\$ 4.180,00	1	11
De R\$ 6.271,00 a R\$ 8.360,00	1	11

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Quanto à renda média familiar dos participantes da pesquisa, foi possível obter os seguintes resultados: 67% (n=6) afirmaram que a renda varia de R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00, 11% (n=1) afirmou que a renda varia de R\$ 6.271,00 a R\$ 8.360,00, 11% (n=1) que a renda varia de R\$ 2.091,00 a R\$ 4.180,00 e, por fim, 11% (n=1) que a renda familiar é inferior a R\$ 1.045,00.

Neste quesito da amostra da pesquisa, observa-se a média de 1 a 2 salários mínimos, correspondente a R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00, respectivamente, dando a entender que estes produtores possuem baixa renda considerando o custo de vida da região, o que denota a desvalorização do trabalho agrícola, se comparado à média de 3,6 salários recebidos pela população ocupada no Município de Boa Vista (RR), de acordo com dados do IBGE (2019b).

A Tabela 8 aponta resultados referentes a outras rendas, não oriundas da produção orgânica.

Tabela 8 – Renda Extra

Renda	N	%
Sim	-	-
Não	7	78
Sem resposta	2	22

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Ao serem questionados se possuem alguma outra fonte de renda, diferente da comercialização dos alimentos orgânicos, 78% (n=7) dos entrevistados afirmaram que não, e 22% (n=2) não responderam a esse questionamento. Porém, mesmo ganhando pouco, parte dos indivíduos pesquisados não possui outra fonte de renda alternativa e sobrevivem apenas dos produtos cultivados em suas propriedades.

CATEGORIA III – COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS

Na Categoria III, buscou-se identificar os meios de comercialização a partir de dados sobre local, periodicidade, divulgação, dificuldades, vantagens, precificação das vendas, perfil do público consumidor e contribuição dos produtores orgânicos à sociedade.

O Quadro 3 apresenta os locais de comercialização dos produtos orgânicos em Boa Vista (RR).

Quadro 3 – Local de Comercialização dos Produtos Orgânicos

Local de Comercialização	Participante
Nas feiras	E1
Na feira da HORTIVIDA	E2
Feira Amoca e Capitão Júlio Bezerra	E3
Feira e comercio local	E4
Pontos de revenda da cidade, feiras e restaurantes	E5
Feira Amoca e Capitão Júlio Bezerra	E6
Feira livre	E7
Nas feiras e entregas particulares	E8
Feiras	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

No momento que foram questionados quanto ao local de comercialização da produção dos alimentos orgânicos, constatou-se que 100% (n=9) da amostra da pesquisa afirmaram

vender os produtos nas feiras organizadas pela própria HORTIVIDA. Dessa forma, atendem as recomendações legais de comercialização dos seus produtos.

Constata-se nas respostas o que está preconizado na Instrução Normativa MAPA nº19 de 28/05/2009, Anexo I, “art.96º A comercialização em venda direta será realizada por agricultores familiares vinculados a organização de controle social, cadastradas no MAPA ou em outro órgão fiscalizador conveniado, da esfera federal, estadual ou distrital” (BRASIL, 2017).

Santos *et al.* (2014) apontam que “Diante da perspectiva de sustentabilidade para o espaço rural é que surgem as propostas alternativas de espaço de comercialização como, por exemplo, as feiras agroecológicas”. Nesse entendimento, Organiz (2017) esclarece que, apesar do varejo convencional ser o principal canal de comercialização de produtos orgânicos, há outros importantes canais de distribuição, como as feiras.

Quanto à frequência das vendas, as informações constam da Tabela 10.

Tabela 9 – Periodicidade das Vendas

Periodicidade das Vendas	Participante
Venda direta	E1
2 vezes na semana	E2
2 vezes por semana	E3
De dois em dois dias	E4
3 vezes na semana	E5
2 vezes na semana	E6
Semanal	E8
Frangos e ovos	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

No que tange à periodicidade das vendas, nota-se que cada produtor possui seu fluxo de venda de acordo com a disponibilidade de produtos para a comercialização, que também depende da temporada do alimento. Em virtude da pandemia do novo coronavírus Covid-19, as vendas nas feiras se limitaram a duas vezes na semana, ocorrendo às quartas-feiras e aos sábados.

Constituem os canais de divulgação das vendas conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Canais de Divulgação

Canais de Divulgação	Participante
Boca a boca	E1
Boca a boca	E2
Facebook, Instagram e Whatsapp	E3
Direta	E4
Boca a boca	E5
Boca a boca	E6
Facebook, Instagram e Whatsapp	E7
Redes sociais	E8
Nenhum	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Ao serem questionados quanto aos canais de divulgação, as vendas dos orgânicos variam da propaganda “boca a boca” à divulgação nas mídias sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp. Outrossim, esses canais de divulgação utilizados estão proporcionando visibilidade comercial à HORTIVIDA e, conseqüente aumento no volume das vendas, devido à quantidade de pessoas com acesso às redes sociais.

Ao realizar pesquisa com os produtores de alimentos orgânicos em Goiânia, Morais *et al.* (2013) encontraram resposta semelhante das constatadas na amostra da presente pesquisa quanto ao quesito canais de divulgação, vez que afirma ser a informação transmitida boca a boca o principal meio de divulgação da feira.

Em referência aos canais de divulgação do boca a boca às redes sociais online, Hoffmann (2017) diz que a primeira se estende à segunda constituindo a chamada eBAB, correspondendo às comunicações informais transmitidas a outros consumidores com poder de influência no comportamento desses quanto à busca de informação, avaliação e decisão da compra.

Estão expressas no Quadro 5 as dificuldades na comercialização dos alimentos orgânicos, apontadas pela amostra da pesquisa.

Quadro 5 – Dificuldades na Comercialização

Dificuldades da Comercialização	Participante
É que tem pouco produto	E1
Apoio	E2
Aceitação quanto aos preços	E3
Nenhuma	E4
Nenhuma	E6
Lugar arejado, ou melhor, apoio dos órgãos públicos na manutenção e investimentos para a realização das feiras e eventos relacionados aos alimentos orgânicos /	E7

infraestrutura, falta de apoio na divulgação dos benefícios para a Saúde	
Falta de conhecimento da população	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Em relação às principais dificuldades relacionadas à comercialização de alimentos orgânicos em Boa Vista (RR), a amostra da pesquisa expressa a baixa quantidade de produtos disponíveis, a aceitação quanto ao preço, a infraestrutura das feiras e a falta de conhecimento da população, como dificuldades vinculadas às vendas dos alimentos. Contudo, dos que responderam à questão, 25% (n=2) afirmaram não haver dificuldades na comercialização.

Fonseca *et al.* (2009) ao discorrer acerca da comercialização dos produtos orgânicos, destacaram que esta apresentou limitações como disponibilidade da oferta dos produtos, afluência irregular de clientes e precariedade das condições higiênicas nas feiras aos comerciantes como entraves na comercialização dos alimentos orgânicos.

Tais dificuldades poderiam ser sanadas pelo poder público a partir de políticas de incentivos à produção, campanhas de conscientização sobre a benefícios dos alimentos orgânicos, os impactos positivos ao meio ambiente, e destinação de estruturas físicas que atendam às especificidades da qualidade orgânica dos alimentos comercializados, as condições de saúde e segurança dos agricultores e consumidores.

Quanto à vantagem em vender alimentos orgânicos, a amostra da pesquisa apontou os itens inseridos no Quadro 6.

Quadro 6 – Vantagens em Vender Alimentos Orgânicos

Vantagens das Vendas de Orgânicos	Participante
As vantagens é a saúde	E1
Mais qualidade nos produtos	E2
Distribuir qualidade de vida	E3
A vantagem é de que o consumidor sempre volta, pois sabe que os alimentos orgânicos são melhores para a saúde. Ver o cliente satisfeito que é a vantagem	E5
Qualidade de vida	E6
Livre de agrotóxico e produto químico	E7
Ter a consciência tranquila de estar contribuindo com a saúde das pessoas e com a preservação da natureza	E8

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Referindo-se às vantagens observadas nas vendas de alimentos orgânicos, a maioria das respostas da amostra da pesquisa identifica a qualidade de vida e saúde dos consumidores como principal vantagem, seguida da qualidade dos produtos ofertados, satisfação dos clientes

e preservação do meio natural. Nesse questionamento, alguns participantes não inseriram respostas.

O Quadro 7 apresenta o entendimento da amostra da pesquisa quanto à diferença nos preços dos produtos das agriculturas orgânica e convencional.

Quadro 7 – Diferença de Preços entre Alimento Orgânico e Convencional

Diferenças de Preços	Participante
É para ser pela qualidade, sem agrotóxicos	E1
Aqui em Roraima não, agora que o povo tá aprendendo a consumir orgânico	E2
Alguns produtos sim. Em razão da dificuldade na produção	E3
Aparentemente não, a diferença está no sistema de produção, há relatos que é mais trabalhoso	E4
Sim, pois a produção orgânica é mais trabalhosa	E5
Não os meus produtos	E6
Não estou a par dos preços dos produtos da agricultura convencional	E8
Quase não tem diferença	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

No momento em que foram questionados se os preços dos produtos orgânicos são muitos diferentes dos produtos da agricultura convencional, apenas 8 participantes responderam à questão, dos quais 50% (n=4) da amostra da pesquisa não identificam a variação de preço.

Os demais indivíduos pesquisados reconheceram que existe sim uma diferença no preço dos produtos orgânicos em relação aos produtos da agricultura convencional; especialmente, pelo fato dos produtos orgânicos serem livres de agrotóxicos e com qualidade superior, bem como o fato da produção orgânica ser mais trabalhosa, justificando assim o valor diferenciado cobrado ao consumidor.

Para Campanhola e Valarini (2001), existe uma vantagem comercial nos valores dos alimentos orgânicos sobre os convencionais, já caracterizados como nicho, entendimento complementado por Lima (2005, p. 20) ao esclarecer que o “mercado de produtos agroecológicos se caracteriza como nicho, pois atende a um segmento restrito e específico de consumidores, que se dispõe a pagar um sobre-preço ou preço premium pelos produtos ofertados”.

As informações do Quadro 8 referem-se ao perfil do público consumidor de alimentos orgânicos na concepção da amostra da pesquisa.

Quadro 8 – Perfil dos consumidores

Perfil dos Consumidores	Participante
Povo que preza pela sua saúde	E1
Pessoas que buscam uma alimentação mais saudável	E2
Pessoas preocupadas com a saúde e com o meio ambiente	E3
Pessoas preocupadas com a saúde. Pessoas que já tenham câncer em sua família e naturalistas	E4
Pessoas conscientes com a saúde e meio ambiente	E6
Preza pela saúde	E7
Pessoas que se preocupam em se alimentar de forma mais saudável	E8
Geralmente classe média para alta	E9

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Constatou-se que o consumidor dos produtos comercializados pela final da HORTIVIDA, na perspectiva da amostra da pesquisa, consiste em pessoas com estilo de vida que prezam pela sua saúde, buscam por uma alimentação mais saudável, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente.

Apenas um dos pesquisados identificou o perfil do público consumidor vinculado às características socioeconômicas. E, nesse sentido, Fonseca (2009) afirma que os maiores compradores de alimentos orgânicos são os consumidores de maior poder aquisitivo, inclusive a centralização da demanda ocorre nos países de alta renda.

5.2 ENTREVISTAS

Posterior à aplicação do questionário com os integrantes da associação HORTIVIDA, foram escolhidos cinco associados, a partir da particularidade com a produção de alimentos, para a realização de uma entrevista com um roteiro de perguntas semiestruturado. Assim sendo, apresentam-se a seguir as principais informações obtidas com a entrevista realizada.

De maneira a garantir o anonimato nas respostas, a cada participante foi atribuído o pseudônimo correspondente a letra A e, de acordo com a ordem da realização das entrevistas, adicionado um número cardinal, caracterizando os entrevistados de A1 a A5.

Nas respostas inseridas no Quadro 9, constam das informações da forma como a amostra da pesquisa conheceu a agricultura orgânica/agroecológica.

Quadro 9 – Como Conheceu a Agricultura Orgânica/Agroecológica

Como Conheceu a Agricultura Orgânica	Participante
“Eu conheci a agricultura orgânica através do SEBRAE.”	A1

“Eu conheci na televisão [...]”	A2
“A gente conheceu através de um curso que o SEBRAE promoveu aqui em 2005 [...]”	A3
“[...] eu passei a ter conhecimento da agricultura orgânica através do treinamento feito pelo SEBRAE [...]”	A4
“[...] eu tive contato com o meu primeiro trabalho que foi dentro de uma cooperativa, uma associação de produtores orgânicos [...]”	A5

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Quando questionados sobre a maneira como os indivíduos conheceram a agricultura orgânica e agroecológica, 60% (n=3) dos agricultores afirmaram que a conheceram por meio de um curso/treinamento oferecido pelo SEBRAE, em 2005, no Estado de Roraima, um indivíduo conheceu pela televisão através de uma matéria no Globo Rural e outro por meio de uma cooperativa/associação de produtores orgânicos.

Diante disso, pode-se dizer que a iniciativa do SEBRAE/RR e parceiros contribuiu na disseminação de conhecimentos agroecológicos, possibilitou que famílias de agricultores pudessem conhecer e inserir-se na produção orgânica, movimentando a economia local ao gerar fonte de renda e sobrevivência.

A relação dos membros da HORTIVIDA e a agroecologia confirma a abordagem de Altieri (2009, p. 42) ao dizer que a agroecologia é direcionada aos agricultores com poucos recursos, “isto é, aqueles que têm o menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado. A agroecologia vê esses agricultores como ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável”.

O Quadro 10 expõe os resultados de quando a amostra da pesquisa passou a ser associado da HORTIVIDA.

Quadro 10 – Quando Passou a Ser Membro da HORTIVIDA

Quanto Passou a Ser Membro da HORTIVIDA	Participante
“Já no final de 2005 a gente começou a fazer, a estudar a agricultura orgânica e fazer na prática [...]”	A1
Tem mais ou menos uns 3 pra 4 anos	A2
[...] em 2013.	A5

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Neste quesito, percebe-se que após o treinamento oferecido pelo SEBRAE, alguns agricultores se mobilizaram e constituíram um grupo com interesses comuns na agricultura orgânica, o que resultou na criação da associação HORTIVIDA. Na amostra da pesquisa, constata-se que há quem integre a associação desde seus primórdios e há ainda quem aderiu a

ela em torno de 3 a 4 anos. Assim sendo, a referida associação completa 15 anos de existência neste ano de 2020, demonstrando sua força e sua importância na sociedade boa-vistense.

No Quadro 11, seguem informações da amostra da pesquisa referentes a importância de integrar a HORTIVIDA.

Quadro 11 – Importância em Integrar a HORTIVIDA

– Importância em Integrar a HORTIVIDA	Participante
“[...] a Hortivida dá nome ao produtor, porque um produtor sem uma associação, ele é apenas um produtor”.	A1
“A importância é de você ter um espaço pra você expor seus produtos [...]”.	A2
“A importância é essa, dá força, estar juntos [...]”.	A5

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Em relação à importância de integrar a HORTIVIDA, os entrevistados afirmaram que a associação atribui maior credibilidade ao agricultor de orgânicos, já que é reconhecida na região. Além disso, ela é vista como um canal para a comercialização dos produtos destes agricultores, garantindo também mais qualidade de vida aos consumidores. Não obstante, sua importância também pode ser percebida pelo trabalho em grupo, pois a organização de maneira coletiva fortalece os agricultores no alcance de melhores resultados.

A partir disso, é possível afirmar que a HORTIVIDA apresenta relevância para seus membros no que se refere aos ideais, pois acreditam nos propósitos da associação evidenciados no respeito das práticas de cultivos sustentáveis, no atendimento à demanda da população adepta à alimentação saudável e conscientes de questões socioambientais, ao garantir a comercialização de produtos orgânicos nos preceitos legais e pela promoção da qualidade de vida e saúde dos próprios agricultores e dos consumidores.

Estão presentes no Quadro 12 informações sobre as regras de produção e venda pela HORTIVIDA.

Quadro 12 – Regras de Produção e Venda da HORTIVIDA

Regras de Produção e Venda	Participante
“[...] tem que ter respeito ambiental em primeiro lugar, e respeito com o cliente, consumidor, respeito com a natureza e não pode usar produtos químicos [...]”.	A1
“A regra é você manter um padrão de qualidade né, pra você trabalhar de forma correta né, não usar produtos químico num produto que você vende pro consumidor como orgânico”.	A2

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Pertinente às regras existentes para se produzir e vender os produtos pela HORTIVIDA, os entrevistados citaram, principalmente, a produção sem a utilização de insumos químicos, venenos. Além disso, a mais importante regra para vender os produtos pela associação é tornar-se membro, porém esse processo é avaliado, a fim de investigar se o cultivo se caracteriza dentro dos padrões de qualidade orgânica.

No geral, as regras mencionadas pela amostra da pesquisa exigem respeito ao meio ambiente e ao consumidor final, qualidade nos produtos e não utilização de insumos químicos. Diante do exposto, deduz-se que a HORTIVIDA segue os rigores inerentes aos cultivos orgânicos e comercialização dos produtos, se autofiscalizam e prezam pelo bem-estar dos consumidores.

Quanto ao diferencial do alimento orgânico, o Quadro 13 traz o entendimento da amostra da pesquisa.

Quadro 13 – Diferencial do Alimento Orgânico

Diferencial do Alimento Orgânico	Participante
“O alimento orgânico é um alimento que tem melhor qualidade, ele é saudável porque não tem veneno, nem produtos químico [...]”.	A1
“O diferencial é que você tá colocando na sua mesa pra você, pra sua família e tá também dando essa oportunidade pros clientes que vão lá comprar né, de comer uma coisa saudável, sabendo que não tem agrotóxico, que não tem medicamento [...]”	A2
“Olha, o grande diferencial tá relacionado a questão de saúde mesmo”.	A3
“[...] basicamente é um alimento sem resíduo de químico né, ou pesticida ou adubação química. Essa é a diferença principal e que pro consumidor interessa. Agora, pro meio ambiente, é um alimento que é produzido com responsabilidade ambiental [...]”	A4
“[...] importância que eu acho mais profunda é que, a pessoa que ingere um bom alimento ela ingere as propriedades desse alimento, ela tem mais saúde [...]”	A5

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Quando questionados sobre o diferencial do alimento orgânico, os entrevistados citaram a qualidade dos produtos, por ser considerado um alimento saudável e não ter nenhum tipo de insumo químico prejudicial à saúde. Mencionaram, também, que esse tipo de alimento gera responsabilidade ambiental, pois suas práticas de manejo não contaminam o meio ambiente.

Dessa forma, entende-se que agregada à integridade nutricional dos alimentos, existem outros atributos que incidem valor ao alimento orgânico a iniciar pelo cultivo que dispensa

insumos químicos, no manejo do solo considera-se as condições regionais, promove saúde e qualidade de vida, e a mão de obra gera empregos locais (SOUSA *et al.*, 2012) .

As práticas sustentáveis de cultivos aplicadas na produção orgânica identificadas pela amostra da pesquisa constam no Quadro 14.

Quadro 14 – Práticas Sustentáveis de Cultivo

Práticas Sustentáveis de Cultivo	Participante
“[...]não queimar o ambiente, não queimar o solo, não botar veneno, preservar os pássaro, os micróbios da terra como minhoca, os pequenos animais do solo. Então, não usar veneno pra matar mato nem capim [...]”	A1
“A gente só trabalha com coisas naturais né. É... não usa veneno [...]”	A2
“[...] a gente mantém, tipo as agronativas do lugar [...]”	A3
“[...] as práticas que a gente usa, por não usar herbicida nem pesticida [...]preservação das nascentes [...]”	A4

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Pertinente às práticas ou técnicas sustentáveis, utilizadas na propriedade, que contribuem para a preservação do ecossistema, a amostra da pesquisa menciona a produção de forma natural, sem a utilização de venenos, sem agredir o meio ambiente, a flora e a fauna. Assim, eles trabalham utilizando somente produtos biológicos, evitando o desmatamento e garantindo o livre trânsito de animais dentro do ecossistema.

Assim sendo, esses agricultores orgânicos demonstram preocupação com o meio natural, pois além de não utilizar agroquímicos, resguardam a flora, fauna e recursos hídricos. Dessa forma, mantém a sustentabilidade, vez que realizam suas atividades com uso de técnicas sustentáveis de manejo em suas culturas, a fim de garantir a equilíbrio do ecossistema, a preservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais (ROCHA, 2016).

No Quadro 15 são apresentadas a respostas sobre a participação da amostra da pesquisa em programas governamentais para produção orgânica.

Quadro 15 – Incentivo Governamental

Incentivo Governamental	Participante
“Não, eu só faço parte da Hortivida”	A1
“[...] a gente faz parte do MAPA de Roraima”.	A3
“Não, no momento não [...]”	A4
“Não, não faço parte de nenhum programa[...]”	A5

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

Quando questionados sobre a participação em programa ou ação governamental de incentivo aos alimentos orgânicos, 80% (n=4) dos entrevistados citaram não integrar nenhuma ação de caráter governamental, dedicando-se exclusivamente à HORTIVIDA. No entanto, somente um entrevistado apontou que tem registro junto ao MAPA.

Mediante a resposta da amostra da pesquisa quando informa possuir registro no MAPA, significa dizer que a HORTIVIDA e, conseqüentemente, seus associados, são cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na qualidade de Organização de Controle Social (OCS), o que lhes confere o direito de se organizar em feiras de alimentos orgânicos e, ainda, comercializar os produtos de forma direta ao consumidor.

São exibidas no Quadro 16 as contribuições do agricultor orgânico para a sociedade.

Quadro 16 – Contribuição Social do Agricultor Orgânico

Incentivo Governamental	Participante
“É um produtor que leva saúde pras pessoas, pro cliente que consome produto orgânico, entendeu? E ele é um produtor que respeita o seu cliente, respeita a terra, respeita os pássaros, respeita a natureza [...]”	A1
“[...] ela é total porque, primeiro começa de não botar veneno nas coisas, segundo, a gente não trabalha de só não botar veneno no nosso produto, a gente trabalha na preservação do meio ambiente [...]”	A3
“[...] é a promoção da saúde né [...] é a possibilidade de uma alimentação sadia [...] é trabalhar de uma maneira sustentável, que não agrida solo, não agrida a água, não agrida o ar, não agrida o meio ambiente de uma maneira geral, entendeu?”	A5

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo (2020).

No último questionamento da entrevista, os entrevistados foram convidados a dar sua opinião sobre a maior contribuição proporcionada pelo agricultor orgânico à sociedade, os quais citaram: maior qualidade de vida e saúde aos consumidores, por se tratar de um alimento saudável; preservação do meio ambiente; responsabilidade social; utilização da mão de obra local muito maior do que na agricultura química e; o trabalho de maneira sustentável.

Mediante às respostas, constata-se que as práticas produtivas utilizadas nos cultivos pelos associados da HORTIVIDA contemplam o que preconiza a agricultura sustentável, no âmbito da agroecologia, quanto à manutenção da produtividade agrícola, com práticas de baixo impacto ambiental, e garantias de sustento e renda às famílias (ALTIERI, 2009).

Posto isto, conclui-se que o agricultor orgânico da HORTIVIDA cumpre o compromisso ambiental quando sua fonte de renda depende do equilíbrio do meio natural e da biodiversidade; no aspecto social, contribui no fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar e qualidade de vida dos consumidores; quanto ao papel econômico, a integração dos produtos orgânicos no contexto regional, geração de emprego e renda e desenvolvimento local. Enfim, a reponsabilidade socioambiental do agricultor orgânico é intrínseca ao seu modo de vida.

6 CONCLUSÃO

O setor agrícola foi responsável pelo desenvolvimento socioeconômico da humanidade, com a produção de alimentos, matéria-prima, emprego e renda. Aquilo que se produz vem do solo ou a partir dele e do conjunto de recursos naturais disponíveis. Ao longo do tempo, insumos químicos foram adicionados aos cultivos – e continuam até os tempos atuais – com a finalidade de otimizar as produções, acelerando o crescimento das plantas e reduzindo o tempo entre o plantio e a colheita.

Com a Revolução Verde, que resultou no investimento de tecnologias na agricultura para suprir a escassez de comida, decorrente do crescimento populacional e, conseqüente demanda por alimentos, os impactos não se deram apenas ao meio natural com o desequilíbrio ambiental, como também no contexto social ao evidenciar desigualdades, mazelas e concentração de riqueza. Essa Revolução teve sua contribuição, principalmente, pelas pesquisas realizadas; porém, a sustentabilidade a longo prazo não foi motivo de preocupação.

Mediante a vulnerabilidade ambiental, decorrente da atividade agrícola convencional, a ciência agroecológica, em seu caráter interdisciplinar, surge não apenas como base teórica aos movimentos de agricultura alternativa, mas motivadora de mudanças comportamentais na sociedade, na qual a ação antrópica que causou danos, seja a mesma capaz em promover a conservação e preservação dos recursos naturais, com fins produtivos e sustentáveis nos contextos social, econômico e ambiental.

Em termos políticos, percebeu-se que a discussão sobre a agroecologia e os ideais sustentáveis são direcionados à agricultura e segurança alimentar, protagonizados na figura dos agricultores orgânico e familiar, e a implementação das políticas públicas depende da participação da sociedade. A adesão ao consumo dos alimentos orgânicos está em ascensão, justificados por motivos referentes à saúde, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

Compreendida como movimento de agricultura alternativa à agricultura convencional, a agricultura orgânica apresenta como princípios saúde, ecologia, equidade e atenção e, as técnicas de cultivo envolvem isenção de insumos químicos e preservação da água, solo e biodiversidade. Os alimentos produzidos nesse sistema de cultivo são certificados, porém a certificação do selo de conformidade orgânica, ao tempo que agrega valor ao produto, também promove a exclusão dos pequenos agricultores devido ao alto custo.

Dessa forma, observou-se que o pequeno agricultor se fortalece na coletividade, ao juntar-se com seus pares para obter o reconhecimento do sistema orgânico de produção por meio de Organização de Controle Social, como é o caso dos agricultores orgânicos de Boa

Vista (RR), ou da Organização Participativa da Conformidade Orgânica, garantindo-lhes a comercialização e credibilidade dos produtos ofertados perante a sociedade.

Autores consultados na revisão bibliográfica discorrem que a agricultura familiar se adequa a agricultura orgânica por atender critérios de promoção à sustentabilidade pelas práticas de cultivo, exigência de mão de obra intensiva e diversificação dos alimentos cultivados. Situação constatada na pesquisa, visto que a HORTIVIDA é constituída de agricultores familiares.

Contudo, a sustentabilidade agroecológica só acontece quando a interação humana e ambiental atende às necessidades do presente e preservam para o futuro, de maneira a assegurar que o desenvolvimento econômico não esgote os recursos naturais. Nessa perspectiva, compreende-se que o primeiro desafio dos cultivos de base agroecológica seja a recuperação do meio natural e, a partir dessa intervenção iniciar o processo sustentável. Essa dinâmica consiste na responsabilidade socioambiental, mediante planejamento e gestão ambiental.

Passados 48 anos da realização da Conferência de Estocolmo, o mundo dispensa atenção às complexidades da questão ambiental e humana. Políticas públicas, normativas e outras ações são compartilhadas entre as nações. Das medidas comuns, a Agenda 2030 é o instrumento mais atual e contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no qual o objetivo número 2 tem a especificidade de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Há de se considerar que, os problemas da fome, segurança alimentar e nutrição têm na agricultura sustentável uma alternativa complementar a solução.

Diante da produção de alimentos orgânicos, cada país pactuante das discussões internacionais tem autonomia na adoção de medidas, a considerar as condições e realidade particulares. No Brasil, observou-se que as políticas públicas direcionadas à agricultura orgânica se apresentam com mais características legais e normativas do que pela operacionalização de projetos e programas inclusivos aos pequenos produtores e de incentivos à produção.

Alimentos agroecológicos passam por rigores legais de registro, procedência e tantos outros critérios que assegurem a qualidade orgânica na concessão do direito de comercializar. Tais medidas não se aplicam aos produtos dos cultivos convencionais, que não informam ao consumidor os insumos químicos e respectivos riscos. Posto isso, constata-se a conduta contraditória do posicionamento brasileiro mediante as questões ambientais e os impactos

socioeconômicos, visto ser signatário das decisões internacionais em prol da sustentabilidade ambiental, e conceder a aprovação de agrotóxicos e liberação aos cultivos convencionais.

A história da agricultura orgânica do Estado de Roraima se confunde com a de Boa Vista, uma vez que essa modalidade de cultivo adentrou Roraima via capital, e já percorre um caminho de 38 anos desde que o primeiro agricultor ter iniciado a produção orgânica, em 1982. Em 2005, a agricultura orgânica inicia novo ciclo de produção pela iniciativa do SEBRAE em ofertar capacitação e equipamentos básicos. Dessa nova experiência surgiu a HORTIVIDA, integrada por agricultores convencionais dispostos ao processo de conversão. No presente ano, a associação completou 15 anos no mercado local.

Traçado um breve perfil, com base nas informações obtidas pelos associados da HORTIVIDA, tem-se a predominância no gênero masculino, com idade superior a 51 anos, escolaridade relativa ao ensino fundamental incompleto, com apenas três naturais de Boa Vista (RR), e os demais oriundos de outros estados das regiões norte, nordeste e sudeste. O gênero feminino é representado por uma associada, apesar da participação familiar com a presença de mulheres nos cultivos e comercialização.

Outros indicativos que confirmam os associados da HORTIVIDA enquadrados na agricultura familiar é a informação que 2 a 6 integrantes da família colaboram com a mão de obra nos cultivos e o quantitativo de residentes nessas propriedades são de 2 a 9 pessoas. Complementar a essas informações, tem-se o registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, no qual os associados constam vinculados à HORTIVIDA, inscrita como OCS.

O estudo identificou que o tempo de associação de cada membro apresenta variação de 4 a 15 anos, pois há associados que integram a HORTIVIDA e foram responsáveis por criar a associação em 2005, enquanto outros aderiram em momentos distintos. Também foi possível saber que conheceram a agroecologia e a agricultura orgânica pelo SEBRAE, programas televisivos e atuação laborativa em cooperativa. No que tange ao sentimento de pertencimento à associação é devido a HORTIVIDA dá credibilidade ao agricultor.

Diante do exposto, constata-se que os membros da HORTIVIDA estão fortalecidos por se constituírem em associação, partilhando dos mesmos objetivos, adotam dentre as regras de integração, condutas afirmativas quanto às práticas de cultivos sem uso de insumos químicos, respeito ao meio ambiente e ao consumidor. Identificam que o diferencial no produto é a relação com saúde, qualidade do alimento e responsabilidade ambiental.

Apurou-se, a partir das respostas dos associados, que a análise das práticas de responsabilidade socioambientais nos cultivos orgânicos da associação se dá mediante a preservação do ecossistema, em não praticar queimadas, manutenção da biodiversidade da

fauna e flora, conservação da vegetação nativa e preservação das nascentes. Esses são procedimentos atribuídos à responsabilidade socioambiental, na qual a gestão do meio produtivo garante a qualidade e procedência do alimento.

Tendo em vista os procedimentos acima, averiguou-se que os produtos comercializados pela HORTIVIDA são alimentos diversificados, tais como frutas, verduras, legumes, ovos e polpas, perecíveis, *in natura*, em pequenas quantidades, o que evita desperdício ou excedente. A regularidade das feiras corresponde a duas vezes na semana, quartas-feiras e sábados. Verificou-se, em visita às feiras, que, alguns produtos estavam disponíveis à venda em condição de subproduto caseiro como geleias, doces, bolos, conservas e iogurtes.

Resultante da comercialização dos alimentos, a questão sobre a renda média familiar gerou para a pesquisadora dúvida interpretação, decorrente de falha na estruturação da pergunta no questionário, não sabendo-se ao certo, se condiz a renda per capita ou renda média mensal familiar. Ao considerar a renda média per capita, o valor informado pela maioria dos associados, sugere baixa renda, ao levar em conta o custo de vida elevado em Boa Vista (RR).

Apresentadas as dificuldades na comercialização, o baixo volume de produtos, aceitação dos preços, infraestruturas das feiras e ausência de meios de conscientização à população sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, indicam o setor negligenciado pelo poder público. A amostra da pesquisa não apontou a divulgação das feiras como dificuldade na comercialização. Dessa forma, deduz-se que os canais de divulgação boca a boca e as redes sociais atendem as expectativas em atrair consumidores.

Identificou-se que os associados da HORTIVIDA não são contemplados com incentivos ou programas governamentais direcionados à produção de alimentos orgânicos, tampouco demonstraram interesse em participar. O que leva a deduzir que, a insipiência no alcance das ações governamentais aos produtores, resulta em desprestígio no poder público. A soma dos esforços dos associados da HORTIVIDA é o que garante a permanência e expansão do comércio de orgânicos.

Esses agricultores orgânicos estão desassistidos das políticas públicas de produção, capacitação e comercialização, apesar de cumprirem com as determinações legais exigidas para o cultivo e venda desses alimentos. Não há contrapartida governamental e a políticas públicas de produção orgânica encontram-se contempladas e limitadas às normativas, sem ações efetivas. E das poucas ações governamentais vigentes, como o PAA da agricultura familiar destinado à merenda escolar, a HORTIVIDA não está inserida.

Para consolidar a agroecologia em Boa Vista (RR) e nos demais municípios do Estado de Roraima são necessárias: 1) políticas públicas e apoio governamental de fomento à educação ambiental rural e urbana; 2) capacitação e financiamento aos agricultores; 3) incentivo à produção agroecológica; 4) desburocratização e redução dos valores para a obtenção da certificação orgânica, que apesar de devidamente regulamentada, o custo elevado desmotiva os agricultores em adquiri-lo e; 5) investimento em tecnologias limpas destinadas aos plantios agroecológicos.

Na proporção da pesquisa, os benefícios do cultivo orgânico se reafirmavam e direcionavam-se à saúde, da contribuição da alimentação saudável na qualidade de vida, tendo em vista a garantia de alimentos isentos de agrotóxicos, restauração do meio ambiente decorrente dos desgastes provocados pelo uso indevido dos recursos naturais. A agricultura orgânica também favorece a harmonização do meio natural, visto que ao tempo que produz também preserva.

Conforme os resultados obtidos neste estudo, conclui-se que: 1) a HORTIVIDA, por meio de seus associados, executam a responsabilidade socioambiental, pois permeiam os princípios da sustentabilidade, ambiental, social e econômico; 2) quando em atividade laborativa, promovem a saúde dos que trabalham, dos que consomem, dos recursos naturais e meio ambiente e; 2) quando contribuem com o desenvolvimento econômico com a contratação de mãos de obra, garantem a empregabilidade familiar e de terceiros.

Dentre as comprovações mais relevantes da pesquisa, obtidas a partir dos associados, consta que a agricultura orgânica não necessita de grandes áreas para cultivo, os quintais podem ser o ambiente de produção e geração de renda das famílias, se obedecidos os critérios adequados. Esse fato chamou a atenção, quando no ato das entrevistas, um dos associados informou que sua área de cultivo corresponde a 300m², e o faturamento mensal das vendas apresentar valor superior ao da maioria, que corresponde de 1 a 2 salários mínimos.

A viabilidade de expansão da agricultura orgânica já é realidade de Boa Vista (RR), pois outras entidades com essa finalidade estão se firmando no mercado, com feiras organizadas para atender a demanda de consumidores adeptos aos alimentos orgânicos. Municípios do Estado de Roraima como Bonfim, Rorainópolis e Pacaraima têm colaborado na disseminação da agroecologia e contam com agricultores inseridos nessa modalidade de cultivo.

Enquanto sugestão sustentável a ser implementada nas feiras da HORTIVIDA consiste em investimento na utilização de energia limpa, a partir da aquisição de placa portátil de energia solar, de forma a evitar a problemática de arranjos físicos inadequados de extensões e

adaptadores plugados às tomadas elétricas, necessários ao funcionamento de equipamentos como balança, máquina de cartão de crédito e celulares.

Esta pesquisa pode servir de base para despertar o interesse no tema e direcionar novos que contemplem a eficiência e resultados das políticas públicas para produtores orgânicos, em observação às determinações e o que efetivamente se cumpre, tais como: 1) alternativas viáveis de embalagens sustentáveis para alimentos orgânicos; 2) alternativas de conscientização dos consumidores e do impacto socioambiental nas comunidades; 3) desenvolvimento de tecnologias limpas nos plantios agroecológicos; 4) análise de cultivos e comercialização de alimentos agroecológicos oriundos de quintais sustentáveis e; 5) a sabedoria tradicional nas práticas agroecológicas, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- ABDO, M. T. V.; VALERI, S. V.; MARTINS, A. L. M. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261706306_SISTEMAS_AGROFLORESTAIS_E_AGRICULTURA_FAMILIAR_UMA_PARCERIA_INTERESSANTE/link/00b7d535175fa47cd3000000/download. Acesso em: 31 ago. 2020.
- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14001: principais benefícios**. 2015. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001>. Acesso em: 10 out. 2019.
- AGROECOLOGIA EM REDE. **Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista – HORTIVIDA**. 2018. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=740>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 120 p.
- ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, vol. 10, n. 1. Ribeirão Preto, jan./mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005. Acesso em: 22 mar. 2020.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez., 2002. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/issue/view/1227>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BONZI, R. S. Meio século de primavera silenciosa: o livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 28, p. 207-215, jul./dez 2013. Editora: UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/1679>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária Brasileira em Números maio de 2019**. Brasília: MAPA, 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/agropecuaria-brasileira-em-numeros-maio-de-2019.pdf/view>. Acesso em: 2 jul. 2019.

- BRASIL. **Instrução Normativa n. 19, de 28 de maio de 2009**. Brasília: MAPA, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Lei Nº 11.974**, de 07 de julho de 2009. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília: MAPA, 2009, página 5. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11974&ano=2009&ato=df9gXSU90dVpWTad4>. Acesso em: 09 fev. 2020.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**, Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: MAPA, 2003. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Lei_n_010_831_de_23-12-2003.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília: MMA, 2002. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. C. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília - DF: MDA/SAF/DATERIICA, 2004, 24 p. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincipios.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.
- CASTRO, J. D. B.; LINHARES, H. J. Responsabilidade social e ambiental: uma contribuição do curso de administração da Unievangélica. **Revista Administração**, n. 5, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/administracao/article/view/362/363>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- CONEJERO, M. A.; TAVARES, L. S.; NEVES, M. F. Produtos Orgânicos: o que é, dimensões e como se habilitar. *In*: NEVES, M. F. (Coord.) **Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- CROTTI, K.; MAÇANEIRO, M. B. Implantação da ISO 14001:2004: Estudo de Caso de uma Indústria de Papel da Região Centro-Sul do Paraná. REAd. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, n. 2, p. 274-305, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413.2311.018.62496>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- DETONI, A. M. *et al.* Uva niágara rosada cultivada no sistema orgânico e armazenada em diferentes temperaturas. **Revista Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 25, n.3, p. 546-552, jul./set. 2005.

DINIZ, B. L. M. T. Agroecologia e agricultura orgânica. **Cadernos de Licenciatura em Ciências Agrárias** – Universidade Federal da Paraíba. Caderno Especial 01, v.7. Bananeiras: Editora Universitária da UFPB, 2011. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/agroecologia_e_agricultura_organica_1462969754.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade, e desenvolvimento sustentável:** desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Fundação Getúlio Vargas. **Cad. EBAPE**, v.14, n. 3, Artigo 7. Rio de Janeiro, jul/set. 2017, 667-681. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf> . Acesso em: 2 fev. 2020.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Programas de Governo**. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/programas-de-governo>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FLORIT, L. F. **A Reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/2519>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FONSECA, M. F. A. C. *et al.* **Agricultura orgânica: introdução as normas, regulamentos técnicos e critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: Programa Rio Rural, 2009. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/09/Acesso-Mercados-Pesagro-Manual-19.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

HOFFMANN, C. A. K. O comportamento do Consumidor, a boca a boca eletrônica (eBAB) e as redes sociais on-line: conhecimento atual e direções futura. **Revista da FAE**, v. 20, n. 1, p. 27-41, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/81>. Acesso em: 05 set. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 12 ag. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos – Brasil Roraima, Boa Vista. 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 12 ago. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Panorama: trabalho e rendimento**, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: 12 ago. 2020.

IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica). **Os quatro princípios da agricultura orgânica**. IFOAM Organics International. Disponível em: <https://www.ifoam.bio/why-organic/shaping-agriculture/four-principles-organic>. Acesso em: 19 dez. 2019.

IPOEMA (Instituto de Permacultura). **Introdução à permacultura: seja responsável por sua própria existência.** 2016. Disponível em: <http://ipoema.org.br/wp-content/uploads/2018/08/ebook-PC-web.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

ITCPES (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários). **Empreendimentos incubados:** associação Hortívoda, 2015. Disponível em: http://ufr.br/itcpes/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=15:empreendimentos-incubados&Itemid=266. Acesso em: 19 jul. 2020.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema - região sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 2, art. 4, p. 0-0, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/9214>. Acesso em: 21 abr. 2020.

KIRINUS, G. **Agricultura sustentável: os modelos alternativos.** Curitiba: CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia), 19 dez. 2016

LEITE, A. B.; POLLI, H. Q. Agricultura orgânica no Brasil com enfoque na agricultura biodinâmica. **Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/787/481>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LIMA, A. P. Produção de orgânicos tem aumentado em Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 11 abr. 2019. Caderno de Cidade. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Producao-de-organicos-tem-aumentado-em-Roraima/52103>. Acesso em: 01 mai. 2020.

LIMA, A. J. P. de. **Desenvolvimento da agricultura e sistemas de produção agroecológico: um estudo no Município de Ipê-RS.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/257223>. Acesso em: 04 abr. 2020.

LIMA, S. K. *et al.* **Produção e Consumo de Produtos Orgânicos no Mundo e no Brasil.** Textos para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, fev. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf. Acesso em: 05 maio 2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELO, V. F. *et al.* Impactos ambientais das atividades agrícolas em Roraima. **Revista Agro@ambiente On-line**, v.02, nº1, jan/jun, 2008. Disponível em: <https://revista.ufr.br/agroambiente/article/view/169>. Acesso em: 04 abr. 2020.

MORAIS, F. F. de *et al.* Diagnóstico dos produtores orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia-GO. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v.8, n. 3, p.70-77, jul./set. 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17343>. Acesso em: 02 maio 2020.

MOREIRA, C. Agricultura biológica. **Revista de Ciência Elementar**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://rce.casadasciencias.org/rceapp/art/2013/003/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Sustentável. **Agric. São Paulo**: São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez., 2004. Disponível em: <http://iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

MOTA, J. A. *et al.* **Trajatória da Governança Ambiental**. Regional e Urbano. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, dez. 2008. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5523. Acesso em: 01 ago. 2020.

SOUZA, A. P. de O.; ALCÂNTARA, R. L. C. Alimentos Orgânicos: estratégias para o desenvolvimento do mercado. *In*: NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. e (Org.). **Marketing e Estratégias em Agronegócios e Alimentos**. São Paulo: Atlas; Pensa, 2003.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**. vol. 29, n. 83. São Paulo, jan./apr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lang=en. Acesso em: 12 jun. 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Origens**. ONU, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/en/essencial-un/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

ONU NEWS. **Angola, Brasil e Moçambique estão entre os 10 países com maior perda de floresta na última década**. Julho, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720741>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ORGANIS (Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável). **Consumo de produtos orgânicos no Brasil**: primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. 2017. Disponível em: <https://organicsnewsbrasil.com.br/consumidor/organism-divulga-primeira-pesquisa-nacional-com-consumidores-de-organicos/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. 1 e-book. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/09/MD_Agricultura-Familiar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

PENTEADO, S. R. **Agricultura orgânica**. Piracicaba: ESALQ - Divisão de Biblioteca e Documentação, 2001. 41 p. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/biblioteca/sites/default/files/publicacoes-a-venda/pdf/SPR%20Agricultura%20Organica.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

- POSSENTI, J. C. *et al.* A agricultura convencional e suas implicações para o meio ambiente. **I Seminário Sistemas de Produção Agropecuária**, Paraná, 3-5 out. 2007. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/dv/index.php/SSPA/article/view/809>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanística. **Ambiente e Sociedade**, n. 5, p. 233-240, Campinas, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200020>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- RIBEIRO, P. E. C. D.; PUENTE-PALACIOS, K. E.; FERREIRA, T. V. A. Responsabilidade socioambiental nas organizações: uma medida de práticas organizacionais e endosso dos trabalhadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 36-50, 2015. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/947/pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- ROCHA, D. M. **Perfil do Consumidor e do Agricultor de Orgânicos do Município de Boa Vista-RR**. 2016. 98 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2016. Disponível em: http://ufrr.br/economia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=36:2016&Itemid=234. Acesso em: 22 abr. 2020.
- SÁ, M. A. *et al.* Produtores orgânicos e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v.9, n. 2, set. 2014. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15390>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- SANTOS, C. F. dos *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, p.33-52, abr.-jun 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n2/a04v17n2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.
- SANTOS, D. S. do C. *et al.* Desempenho de agricultores familiares na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no estado do Pará. **Acta Biológica Catarinense**, v. 4, n. 2, 2017a. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/ABC/article/view/394>. Acesso em: 19 jan. 2020.
- SANTOS, D. de S. **Diagnóstico da agricultura orgânica do estado de Roraima**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49860>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- SANTOS, L. *et al.* Políticas públicas para o comércio de produtos orgânicos no Brasil. **Rev. de Ciências Agrárias** [online]. 2017b, v. 40, n. 2, p.170-180. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19084/RCA16131>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- SCALCO, A. R.; SERVI, R. G. Manutenção da certificação orgânica em produtores rurais. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 7, n. 3, p. 515-534, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/177267>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Sebrae Bio atende produtores da zona rural de Boa Vista**, 2017. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rr/artigos/sebrae-bio-atende-produtores-da-zona-rural-de-boa-vista,003d160edc415610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SILVA, C. M. da. **Agricultura alternativa e sustentabilidade: o caso do assentamento novas vidas em Ocara, Ceará.** 2004. 110 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16476>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, D. V. da. **A comercialização de produtos orgânicos: um olhar a partir das experiências existentes no Brasil.** 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Unidade Santana do Ipanema, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3399>. Acesso em 19 dez. 2019.

SILVA, F. M. **Terceiro setor e o desafio da sustentabilidade:** aspectos políticos, técnicos, econômicos e sociais. Porto Alegre, 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12554/000630054.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, J. G. da (Coord.). **Do fome zero ao zero hunger: uma perspectiva global.** Roma, FAO, 2019a. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1235938/>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, J. G. da. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Nações Unidas Brasil, 2019b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-agricultura-familiar-e-sustentabilidade/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SOUSA, A. A. de *et al.* Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, n. 6, p. 513-7, 2012. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rpsp/2012.v31n6/513-517/pt>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOUZA, C. M. Boa Vista-RR e as migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados. **Revista Acta Geográfica**, Ano III, v. 3, n. 5, jan./jun. 2009, p. 39-62. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/218>. Acesso em: 08 set. 2020.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do Mercado de Produtos Orgânicos e as Formas de Comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39, n.11, p. 27- 41, nov. 2009. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2009/tec3-1109.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ZANATTA, P. Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 296-312, nov. 2017. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/5567/3338. Acesso em: Acesso em: 05 nov. 2019.

ZANIN, A. *et al.* **Diferencial competitivo na agricultura: pesquisa sobre oferta e demanda de produtos agroecológicos.** Trabalho apresentado no SEGeT – Seminário de Excelência em Gestão e Tecnologia – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2008.php?pag=63>. Acesso em: 19 dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Anuência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS - PPGSOF

AO SENHOR:

FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA BESSA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – AHOBV (HORTIVIDA)

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

O Mestrado Acadêmico em Sociedade e Fronteiras que integra o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima – UFRR tem como objetivos desenvolver o estudo e a pesquisa sobre as fronteiras e sociedades de fronteiras da região Amazônica. Ademais, desde 2011, contribui para formar docentes e pesquisadores de alto nível, bem como profissionais capazes de prestar serviços especializados a entidades governamentais, empresas públicas e privadas, entidades não governamentais e movimentos sociais organizados e que por suas naturezas, propósitos e funções demandam a compreensão das potencialidades, limitações, interesses, normas, instituições, políticas e programas relacionados à dinâmica da Amazônia Continental.


Essa qualificação agrega conhecimentos aos pesquisadores interessados na temática da sustentabilidade inerente aos processos produtivos nos cultivos de orgânicos e sua destinação aos consumidores. Diretamente relacionado a esse contexto observa-se que o desenvolvimento sustentável se caracteriza pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais e a agroecologia desperta como uma tendência ao nicho de mercado de alimentos a partir da substituição de processos e produtos nocivos ao meio ambiente. É neste contexto que está sendo desenvolvido o estudo sobre os processos de responsabilidade socioambiental relacionado às práticas sustentáveis dos produtores do segmento de alimentos orgânicos em Roraima. Assim, pretende-se analisar o desenvolvimento dessa produção relacionado aos integrantes da HORTIVIDA.

A pesquisa se justifica pela amplitude do tema e das contribuições para a implementação de políticas públicas e outras ações relacionadas ao desenvolvimento da economia local integrada à sustentabilidade dos plantios de orgânicos. Por entender que esta pesquisa pode contribuir para o melhor conhecimento dessa atividade pela HORTIVIDA, solicita-se a autorização para desenvolver a pesquisa com seus associados. Salienta-se ainda, que os dados coletados serão utilizados somente para realização deste estudo.

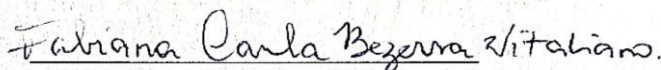
APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Presidência, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Boa Vista, 09 de maio de 2020.




Profa. Dra. Sandra M F Buenafuente
Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Sociedade e Fronteiras



Fabiana Carla Bezerra Vitaliano
Discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Sociedade e Fronteiras

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação



Francisco Canindé da Silva Bessa
Presidente da Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista – AHOBV (HORTIVIDA)

Fabiana Carla Bezerra Vitaliano
fcarlabv@hotmail.com / fabiana.vitaliano@ufr.br
(95) 99117-2277

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS - PPGSOF

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Agricultor(a),

Fabiana Carla Bezerra Vitaliano, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade de Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, e sua orientadora, Professora Dra. Sandra Maria Franco Buenafuente, do Centro de Ciências Humana – CCH, convidam você a participar, voluntariamente, da pesquisa **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS EM BOA VISTA-RR.**

O objetivo geral deste estudo é analisar as práticas de responsabilidade socioambiental da produção de alimentos orgânicos em Boa Vista-RR, tendo como público alvo os agricultores integrantes da Associação de Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista/RR – AHOBV (HORTIVIDA).

Os resultados obtidos poderão contribuir para as mudanças de paradigmas quanto ao consumo de alimentos orgânicos pela sociedade, que a partir dos princípios da responsabilidade socioambiental praticadas pelos agricultores orgânicos tendem a mitigar os impactos socioeconômicos e ambientais.

Se concordar em participar como voluntário(a) nesta pesquisa, poderá ser convidado(a) pela pesquisadora a ser entrevistado(a) e a responder questionário, como também autoriza a publicação dos resultados para fins acadêmicos e científicos. O(a) Senhor(a) não terá qualquer despesa com sua participação nesta pesquisa e também não receberá qualquer pagamento ou vantagem financeira por sua participação. Poderá fazer perguntas de forma a esclarecer as dúvidas. Pode também deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. Quantos aos resultados serão assegurados a privacidade e sigilo do seu nome.

Os riscos que esta pesquisa apresenta são o cansaço na entrevista ou ao responder o questionário, violação de informações pessoais fornecidas no questionário ou entrevista, e na incidência de danos, a pesquisadora assumirá com as responsabilidades.

APÊNDICE B – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS - PPGSOF

O prazo para arquivamento dos dados coletados é de 5 (cinco) anos, e após esse prazo, a pesquisadora procederá com sua destinação final, conforme determina o Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução nº510/2016 e Resolução nº466/2012.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e garantimos que somente a pesquisadora saberá sobre sua participação. O presente termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias de igual teor e originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao(a) senhor(a).

O(a) Senhor(a) receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone da pesquisadora responsável, **Fabiana Carla Bezerra Vitaliano**, número (95) 991172277, caso tenha alguma dúvida.

Fabiana Carla Bezerra Vitaliano

Pesquisadora

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da Pesquisa

Endereço do pesquisador: Campus Paricarana: Av. Capitão Ene Garcez, nº2413, Bloco II - CADECON, sala 227 - Bairro Aeroporto, CEP: 69.304-000 – Boa Vista-RR. E-mail: fcarlabv@hotmail.com / fabiana.vitaliano@ufr.br (95) 99117-2277.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DARH). Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº2413 – Bairro Aeroporto, CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: coep@ufr.br (95) 3621-3112 Ramal 26.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

QUESTIONÁRIO DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM AGROECOLOGIA DOS
 AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS
 ORGÂNICOS DE BOA VISTA – AHOBV (HORTIVIDA)

Este é um questionário que visa contribuir com a pesquisa de campo da aluna Fabiana Carla Bezerra Vitaliano, do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, com abordagem em responsabilidade socioambiental e produção de orgânicos em Boa Vista-RR.

A relevância da sua participação contribuirá para que se evidencie como os (as) agricultores (as) de orgânicos atuam no modo de produção agroecológica, na qual as práticas visam o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.

QUESTIONÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) AGRICULTOR (A)

1.1 NOME DO (A) AGRICULTOR (A):

1.2 GÊNERO:

() Masculino () Feminino () Outro

1.3 IDADE:

1.4 LOCAL DE NASCIMENTO:

Cidade -

Estado -

País -

1.5 GRAU DE ESCOLARIDADE:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino médio completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino superior completo |
| <input type="checkbox"/> Especialização | <input type="checkbox"/> Mestrado |
| <input type="checkbox"/> Doutorado | <input type="checkbox"/> Outros. _____ |

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

2 TRABALHO E RENDA

2.1 Quais alimentos orgânicos produz?

2.2 Quantas pessoas da família trabalham na produção de orgânicos?

2.3 Quantas pessoas vivem na propriedade?

2.4 Contrata outros trabalhadores? Caso a resposta seja "sim", quantos?

2.5 Qual a renda média familiar?

- () inferior a R\$1.045,00
- () de R\$1.046,00 a R\$2.090,00
- () de R\$2.091,00 a R\$4.180,00
- () de R\$4.181,00 a R\$6.270,00
- () de R\$6.271,00 a R\$8.360,00
- () de R\$8.361,00 a R\$10.450,00
- () superior a R\$10.451,00

2.6 Tem outra fonte de renda? Caso a resposta seja "sim", qual?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

3 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS

3.1 Onde comercializa sua produção?

3.2 Qual a periodicidade das vendas?

3.3 Qual (ais) o (os) canal (ais) de divulgação das vendas dos orgânicos?

3.4 Quais as principais dificuldades relacionadas à comercialização de alimentos orgânicos em Boa Vista?

3.5 Quais as vantagens em vender alimentos orgânicos?

3.6 Os preços dos produtos orgânicos são muitos diferentes dos produtos da agricultura convencional? Justifique?

3.7 Qual o perfil do público que adquire os produtos da HORTIVIDA?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Esta entrevista visa contribuir com a pesquisa de campo da aluna Fabiana Carla Bezerra Vitaliano, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, com abordagem em responsabilidade socioambiental e produção de alimentos orgânicos em Boa Vista-RR.

DATA:

NOME:

1. COMO CONHECEU A AGRICULTURA ORGÂNICA/AGROECOLÓGICA?
2. QUANDO PASSOU A SER MEMBRO DA HORTIVIDA?
3. QUAL A IMPORTÂNCIA DE INTEGRAR HORTIVIDA?
4. QUAIS AS REGRAS PARA PRODUZIR E VENDER OS PRODUTOS PELA HORTIVIDA?
5. QUAL O DIFERENCIAL DO ALIMENTO ORGÂNICO?
6. QUAIS PRÁTICAS OU TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS UTILIZADAS NA SUA PROPRIEDADE CONTRIBUEM PARA A PRESERVAÇÃO DO ECOSISTEMA.
7. ENQUANTO AGRICULTOR, INTEGRA ALGUM PROGRAMA OU AÇÃO GOVERNAMENTAL DE INCENTIVO AOS ALIMENTOS ORGÂNICOS?
8. EM SUA OPINIÃO, QUAL A MAIOR CONTRIBUIÇÃO DO (A) AGRICULTOR (A) ORGÂNICO PARA A SOCIEDADE?